

**PROGRAMA DA FRENTE DE ESQUERDA
SOCIALISTA POR DIGNIDADE**

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB

Belo Horizonte, 2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. QUEM SOMOS

Quem está fazendo este programa de governo e quais os segmentos do povo da cidade que terão prioridade

2.1. Somos mulheres

2.2. Somos descendentes de povos indígenas e africanos

2.3. Somos população LGBT

2.4. Somos jovens

2.5. Somos população idosa

2.6. Somos crianças e adolescentes

3 PODER POPULAR

3.1. Planejamento e orçamento populares: dirigir a cidade pela radicalização da democracia e do poder popular

3.2. Trabalho e desenvolvimento com criação do poder popular

3.3. Mobilidade urbana como política de apropriação da cidade

4 BEM VIVER

4.1 Habitação: pelo reconhecimento da função social da propriedade

4.2 Saúde: Construir e garantir os direitos a uma vida saudável

4.3 Lazer e esportes

4.4 Meio Ambiente: por uma reforma urbana ecossocialista

4.5 Segurança: mais políticas sociais e menos repressão

4.6 Proteção Social

5. SABER

5.1. Educação

5.2. Arte contra a barbárie: cultura, democracia, festa e direito à cidade

*Gente é pra brilhar,
não pra morrer de fome
Gente é o lugar
Gente quer comer
Gente quer ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
Gente lavando roupa
amassando pão
Gente pobre arrancando a vida
com a mão
Quer durar, quer crescer,
gente quer luzir
(Caetano Veloso)*

1. INTRODUÇÃO

O programa que apresentamos a seguir é resultado de uma série de discussões realizadas entre os partidos que compõem esta Frente, bem como de debates com a presença de diversos ativistas e militantes de movimentos pela cidade, que pensam e realizam uma BH para além do possível. Sabemos que esta proposta programática é ainda insuficiente e inacabada, e, de certa maneira, deve permanecer assim, porque a cidade que queremos é inesgotável em seus sentidos e possibilidades. Ela é (re)criada dia a dia pelas pessoas da cidade, seus sujeitos.

Antes de apresentarmos de forma mais sistematizada nossas propostas para uma **garantir que a cidade seja das pessoas** é necessário destacar que o programa apresentado nestas eleições municipais é construído a partir de duas ideias: **a radicalização da democracia, como garantia do poder popular e o direito à cidade.**

Avançar democraticamente ou tomar a democracia pela sua raiz significa defender a construção de processos de auto emancipação das maiorias destituídas de poder material e simbólico. Os últimos 200 anos mostram que qualquer conquista democrática (por exemplo, o sufrágio universal) não foi uma concessão, ao contrário, foi resultado das lutas populares e da organização das trabalhadoras e dos trabalhadores.

O que queremos dizer ao afirmar a “radicalização democrática” como um dos eixos norteadores deste programa? Nossa proposta é um processo que aprofunde os mecanismos de participação populares já existentes e que, ao mesmo tempo, (re)crie outras formas democráticas que realizem (ou devolvam) o poder social e político para as maiorias da Cidade, o poder popular.

E, mais concretamente, o que significa a radicalização democrática em Belo Horizonte? Quer dizer que defendemos a criação e o desenvolvimento horizontal de conselhos populares de decisão por bairro (ou por regional, em um primeiro momento); a eleição direta de todas e todos os representantes dos conselhos de saúde, educação e cultura, e a criação do conselho municipal de mobilidade urbana. Defendemos o

orçamento e o planejamento com a participação do povo da cidade e que todos os projetos de iniciativa popular devem ser assumidos pelo governo para serem debatidos e avaliados pelos conselhos e pela Câmara Municipal. Esta radicalização democrática inclui também a realização de plebiscitos municipais, a criação de veículos de comunicação que deem voz aos moradores e às moradoras da cidade; dentre outras ações que serão expostas no decorrer do nosso programa em tópicos específicos. Em suma, não podemos prescindir do Direito de construir a cidade a partir do poder popular.

Sabemos que um dos grandes bloqueios para o avanço da democracia é a desigualdade socioeconômica, que por sua vez tem cor e gênero, perpetuada historicamente e inerente a sociedade controlada por uma minoria privilegiada. Por isso, a defesa da radicalização da democracia só tem sentido quando articulada a políticas públicas que garantam e avancem na conquista de direitos à moradia, educação, saúde, cultura, transporte, ao trabalho, etc.

Não existe radicalização democrática sem a afirmação de direitos: a emancipação das maiorias tem caráter político, econômico, socio-racial e cultural. Por isso, afirmamos o “Direito à cidade” por meio de políticas públicas que transformem a cidade e que garantam o direito do viver na e pela cidade.

Nesta perspectiva de radicalização da democracia e da afirmação da necessidade de construirmos o poder popular, vamos apresentar à cidade de Belo Horizonte nosso programa. Um programa que foi construído pelo povo belorizontino e para o povo belorizontino. O povo, para a Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade, é o trabalhador e a trabalhadora. É com quem e para quem iremos governar. Porém, não desconsiderando que não somos somente trabalhadores e trabalhadoras, somos também uma classe marcada por nossas diferenças de gênero, raciais, geracionais, sexuais. Diferenças que são também desigualdades, sendo essas que queremos combater. Por isso, julgamos fundamental apresentar os vários coletivos que constroem e colocam à disposição para o debate e o enriquecimento este programa de governo da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade - PSOL/PCB, as organizações políticas e os movimentos sociais que dela participam. Afinal, para a Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade não é possível a radicalização da democracia e a efetivação de um poder

popular sem combatermos as desigualdades de gênero, sócio-raciais, geracionais, de diversidade sexual e tantas outras que apresentaremos a seguir.

2. QUEM SOMOS?

2.1 SOMOS MULHERES

*Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida
(Milton Nascimento)*

O combate às várias formas de opressão das mulheres pressupõe condições concretas de reprodução da existência que permitam sua emancipação. Para que a justiça de gênero se concretize são necessárias práticas de participação de radicalização democrática. De outro lado, políticas públicas que busquem a redução das desigualdades a partir da ampliação do acesso a serviços e da responsabilização do poder público pelo bem-estar das mulheres. Práticas e políticas que vão demarcar o controle exercido sobre suas condições de vida de forma que as mulheres rompam com os círculos de dependência e de subordinação. Para tanto, é necessário garantir igualdade de oportunidade no trabalho com igual salário e com mecanismos que permitam superar a existência de múltiplas jornadas de trabalho das mulheres, pois como apontam os dados do IPEA (2014) os homens recebem salários 30% maiores que os das mulheres no país, e as mulheres seguem tendo uma dupla jornada de trabalho. A situação das mulheres negras é ainda pior.

É preciso garantir também condições igualitárias de acesso a uma educação que seja um espaço livre e autônomo para o debate sobre a liberdade das mulheres e a conscientização sobre o direito de elas decidirem sobre seu corpo e de exercerem a sua sexualidade - aspectos esses que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Afinal, conforme dados da OMS, o aborto é a quinta maior causa de morte da mulher no Brasil, e isso se deve a sua clandestinidade.

Necessitamos garantir a existência de mecanismos que reprimam qualquer tipo de violência contra as mulheres e que favoreçam a libertação das mulheres - e de seus familiares - das situações que as violentam. Dados do IPEA (2013) demonstram que a

cada duas horas uma mulher é morta no país e, em 50% dos casos, o assassino é alguém da família.

É preciso garantir a participação política das mulheres em todas as instâncias deliberativas, pois sabemos que a sociedade patriarcal e machista faz com que as mulheres trabalhadoras sejam super exploradas como trabalhadora, em casa com os afazeres domésticos, como cuidadora familiar e, ainda, pela definição dos papéis de gênero, as mulheres são excluídas e limitadas em sua participação na vida social e na política. O resultado é a manutenção das mulheres em estado de passividade e alienação. Porém, urge que as mulheres sejam livres para desenvolverem todas as suas capacidades sem o jugo masculino! Urge que o poder popular seja criado sem nenhum resquício da sociedade patriarcal e machista que oprime a mulher.

Neste sentido, o governo municipal deve implementar políticas públicas para as mulheres, que sejam construídas em conjunto com aquelas e aqueles que reivindicam a unificação da luta das mulheres num processo de transformação radical das relações sociais em sua totalidade. Defendemos como marco referencial destas políticas, a 4a. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2016, e todos os planos e tratados internacionais construídos nessas últimas décadas, dos quais o Brasil é signatário.

2.2 – SOMOS DESCENTES DE POVOS INDÍGENAS E AFRICANOS

*A cidade plantou no coração
Tantos nomes de quem morreu
Horizonte perdido no meio da selva
Cresceu o arraial
Arraial
(Ruas da Cidade – Lô Borges)*

O povo indígena e o povo negro já viviam em Belo Horizonte, desde antes da existência da capital, e trabalharam na construção da cidade que teve e se mantém com uma concepção urbana segregada, em termos raciais. Não houve preocupação com a construção de bairros e equipamentos coletivos para esses povos que vão experimentar a vivência em favelas, desde os primórdios de Belo Horizonte.

Apesar de sempre ter prestado uma contribuição singular à economia, ao desenvolvimento social, à cultura e às artes, mulheres e homens afrodescendentes e indígenas destribalizados nunca participaram efetivamente do poder político, a não ser no curto período da existência da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, de 1998 a 2000, criada e aprovada por unanimidade por lei aprovada na Câmara Municipal.

Temos dificuldade de encontrar dados estatísticos atualizados sobre como vivemos, mas sabemos, por experiência, que somos maioria em ocupações de risco, em vilas e favelas, em áreas degradadas e perigosas como beiras de BRs e debaixo de viadutos. Somos a maioria incontestável da população de rua e entre catadores e catadoras de material reciclável. Ou seja, detemos a “liderança” em todos os indicadores de pobreza e de má qualidade de vida, porque o racismo institucional e nas relações entre grupos e pessoas funda e estrutura a sociedade e o estado brasileiro, desde fins da abolição do trabalho escravizado. E em BH a realidade não é diferente.

É função do poder público promover os direitos dos/das descendentes dos povos indígenas e africanos, ou seja, começar a reparar os estragos mais que seculares do racismo em BH por meio de políticas públicas universalistas e focalizadas. Belo Horizonte já possuiu instrumentos de intervenção nestas áreas com resultados extraordinários. Por isso, defendemos a criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra e Indígena. O principal papel desta Secretaria será implementar políticas públicas em espaços em que a maioria da população é negra e indígena e transversalizar a questão racial nas políticas setoriais.

Também defendemos a implantação de fato de cota de 20% das vagas em concurso para servidores/as negras no serviço público municipal. Esta lei foi sancionada em maio de 2016. Ainda não é proporcional à população negra de Belo Horizonte, mas é um começo no caminho da equidade racial.

Esta é a razão que explica estarmos participando do programa e da campanha da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade que compreendeu que as desigualdades no Brasil não são apenas de caráter de classe, mas também de caráter racial. Queremos

construir uma BH sem racismo. Uma cidade solidária com a diversidade humana que nela habita. Por isso, também temos compromisso com os povos ciganos, em sua luta por direitos, respeito e dignidade. Assim, para nós, mulheres e homens negros e indígenas, uma BH cidadã, não racista e libertária, pode ser construída com o trabalho de nossas mãos e de nossas aliadas e aliados de quaisquer etnias.

2.3 – SOMOS POPULAÇÃO LGBT

E tem o seguinte, meus senhores: não vamos enlouquecer, nem nos matar, nem desistir. Pelo contrário: vamos ficar ótimos e incomodar bastante ainda.
(Caio Fernando Abreu)

A população LGBT no Brasil e no mundo tem sido oprimida por mecanismos de dominação amparados na tradição, na moral e no discurso religioso e científico. Essa opressão se manifesta de formas diversas, desde as mais sutis até a eliminação física dos corpos considerados desviantes. No ano passado, foram assassinados no Brasil 226 homossexuais, bissexuais, travestis ou transgêneros, uma média de um a cada 33 horas (e os números vêm subindo nos últimos anos). Segundo a ONG internacional Transgender Europe, o Brasil é o país em que há o maior número de assassinatos de travestis e transexuais. Entre 2008 e 2013 foram 486 mortes, quatro vezes mais que o México, segundo país na lista.

O Brasil ocupa, assim, a vergonhosa liderança no ranking mundial de violência homofóbica. Mais um exemplo: enquanto nos Estados Unidos, um país de 300 milhões de habitantes, houve 9 assassinatos de travestis em 2011, no Brasil foram executadas 98 travestis e transexuais. Aqueles que vivem fora das normas dominantes de gênero e sexualidade carregam invariavelmente consigo marcas de uma violência limitadora do exercício de direitos, mas é toda a sociedade que perde com a negação do reconhecimento da diversidade.

Nós que constituímos a população LGBT de Belo Horizonte sofremos com problemas semelhantes aos do restante do país. Segundo pesquisa realizada na Parada LGBT de 2006, a maioria dos/das participantes já experimentou discriminação em

locais públicos e quase a metade foi discriminada pela própria família e na escola. Tem mais: 23,5% da população transgênera relataram ter sofrido agressão física e maus tratos, e metade já recebeu xingamentos ou ofensas verbais. O programa da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade busca colocar a administração municipal a serviço do tratamento dessas questões, em parceria com o movimento social LGBT e a população de Belo Horizonte. Assim, nos comprometemos a:

- Garantir o uso do nome social por transexuais e travestis em todas as instâncias da administração;
- Vetar projetos de lei de caráter homofóbico;
- Sancionar leis de defesa e promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT;
- Elaborar, implementar e acompanhar um Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, respeitando as decisões da Conferência Municipal LGBT de 2011 e destinando orçamento para a execução do mesmo;
- Dar visibilidade aos mecanismos de enfrentamento à homofobia já existentes no município, em especial quanto aos direitos assegurados a essa população;
- Fortalecer o Centro de Referência dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (CRLGBT);
- Criar uma Coordenadoria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, na estrutura do Executivo e com orçamento próprio;
- Criar um Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com representação paritária da sociedade civil;
- Convocar, destinar recursos e realizar as Conferências Municipais LGBT, nas etapas que precedem as Conferências Nacionais LGBT;
- Garantir a discussão da temática LGBT em todos os espaços institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte;
- Garantir no orçamento municipal recursos para a gestão pública e ONGs executarem ações de promoção da cidadania e dos direitos civis de LGBT;
- Dar formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para os agentes públicos, destacando a importância e necessidade do enfrentamento à homolebotransfobia e ao

sexismo na construção de um projeto democrático de sociedade;

- Garantir, efetivamente, o direito à expressão afetiva das homossexualidades em espaços públicos de forma tão ampla quanto a que é manifestada pelos heterossexuais, por meio da elaboração de edições de bolso informativas sobre direitos, telefones de serviços aos quais recorrer, entre outros, com ampla distribuição na mídia, em escolas, locais de cultura, centros de referência, universidades e eventos;
- Monitorar, com mecanismos de mapeamento e avaliação, as desigualdades sociais relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero;
- Fomentar produções culturais que levem em consideração a diversidade sexual;
- Considerar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, assim como os processos de conferências a ele relacionados, para a implementação das políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção da igualdade de gênero e combate à homofobia, com destaque para ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, cultura e desenvolvimento social.

2.4 – SOMOS JOVENS

*“Eu vou à luta com esta juventude que não foge da raia a troco de nada”
(Gonzaguinha)*

Há uma série de definições sobre o que é juventude. Estas definições esbarram, não raramente, em falsas ideias construídas social e historicamente, e fortemente enraizadas no senso comum. Devemos, antes de tudo, entender a juventude não apenas como idade cronológica, mas como categoria socialmente construída. Ela ganha contornos próprios em contextos históricos e sociais distintos, e é marcada pela diversidade das condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas.

Pela análise de indicadores socioeconômicos e raciais, é evidente que as desigualdades na sociedade brasileira, em geral, se reproduzem de forma específica na juventude. Assim, a concentração da juventude morando nas cidades, e as disparidades econômicas e sociais, ao serem combinadas com raça e gênero, deixam à mostra as duplas formas de opressão e dão pistas dos principais problemas a serem enfrentados.

Nos últimos anos, se intensificou no Brasil o debate sobre a necessidade de criação de um campo especial de políticas públicas destinadas à juventude. No entanto, observamos que as políticas públicas de juventude, em geral, visam à criação de uma rede de iniciativas de caráter assistencialista que toma o lugar de ações que poderiam garantir soberania econômica deste segmento da população. Desse modo, acabam mantendo a dependência econômica de segmentos sociais mais vulnerabilizados.

As políticas para a juventude devem ter como foco central o fomento à participação política dos jovens, ou o que chamamos de protagonismo juvenil, ao mesmo tempo em que asseguram o acesso aos direitos da juventude. Isso não nega as demais iniciativas de caráter emergencial, mas muda radicalmente o foco das ações do estado para a juventude. Queremos mais participação dos jovens nas mudanças e enfrentamentos políticos diários resultantes da sociedade desigual e injusta em que vivemos e não a acomodação que resulta das ações de caráter assistencialista.

Para combater esta lógica, propomos:

- Implantar centros de referência para a juventude, com atividades esportivas, de lazer, culturais, com palestras que incentivem a formação política dos jovens, com acompanhamento de profissionais das diversas áreas do conhecimento;
- Alterar de forma radical a política de combate às drogas, com a correspondente legalização e descriminalização de substâncias psicoativas e adoção de políticas de redução de danos;
- Estimular espaços de articulação das organizações e movimentos juvenis (Fórum, Movimentos, Espaços de Diálogo, Rodas de Diálogo etc.) para valorizar, estimular e assegurar uma maior participação dos diversos segmentos juvenis.

2.5 – SOMOS POPULAÇÃO IDOSA

Nas últimas décadas houve um aumento na expectativa de vida, contribuindo para o crescimento da população idosa do país e do estado. Segundo dados apresentados pela Fundação João Pinheiro, em 2010, já somos mais de 11% da população mineira, considerando que idosos e idosas são aquelas pessoas que têm mais de 60 anos de idade.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte residem cerca de 23% da população idosa, somos, portanto, uma parte expressiva da população.

Nossa importância não é apenas numérica, mas também econômica, tendo em vista que 45% dos idosos coabitam com pessoas entre 15 e 59 anos, sendo responsáveis financeiramente pela família.

Sabemos que envelhecer não é adoecer. Porém, três em cada quatro idosos/as possuem pelo menos uma doença crônica. Nesse sentido, essa população demanda uma rede de saúde que dê suporte e acompanhamento necessário e preventivo, para melhorar a qualidade de vida. É necessário também expandir o acesso a medicamentos gratuitos, haja visto que aproximadamente 40% dos idosos fazem gastos com medicamentos de uso contínuo. Mas, de modo algum isso é suficiente. Daí defendermos políticas de saúde que sejam integradas, holísticas, com enfoque em medicina preventiva e na promoção da saúde. Áreas de lazer e esporte, com acompanhamento profissional, em todas as microrregiões da cidade, devem ser criadas, expandidas ou revitalizadas, tendo como parâmetros as especificidades das pessoas com mais de 60 anos.

Ir e vir não pode ser um obstáculo à qualidade de vida da população idosa. O sistema de mobilidade urbana deve atentar para um planejamento de acessibilidade de vias e rampas de acesso aos coletivos e aos prédios públicos, com atenção especial, aos destinados aos serviços de saúde e cultura.

A população idosa já trabalhou, e muito! Atualmente, cerca de 85% da população com mais de 60 anos não exercem atividades de trabalho, assim, a manutenção da saúde psíquica demanda uma ocupação saudável do tempo livre. Atividades culturais, artísticas, educacionais devem ser parte de políticas públicas para as pessoas idosas. Como todos os demais grupos etários, não somos uma população homogênea, temos características diversas no que tange à idade, sexo, raça/cor, educação, renda, saúde (UNFPA, 2012). O que significa planejar aquelas atividades de forma a atender nossa diversidade, em diálogo com os idosos e as idosas da cidade e com profissionais que vêm se especializando nesta área, como gerontólogos e geriatras. Envelhecemos, e assim temos mais tempo para participar do planejamento e da política da/e na cidade.

Somos pessoas com mais de 60 anos, ainda com muita vida a ser vivida. Queremos vivê-la com saúde, alegria e a qualidade que não temos usufruído plenamente em nossa cidade.

2.6 – SOMOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Somos cerca de 22% da população mineira, ao mesmo tempo em que somos o futuro do país, somos também o presente. O desenvolvimento pleno (físico, psíquico, cognitivo e afetivo) dessa população necessita de políticas sociais que criem as condições necessárias de bem-estar.

O crescimento saudável envolve aspectos ligados ao acesso a atividades recreativas, culturais e educacionais. Acesso universal em tempo integral a um ambiente escolar com boas condições de infraestrutura, alimentação, material didático que contemple a diversidade racial e de gênero, atividades físicas e artísticas que levem em consideração as especificidades culturais das comunidades, tendo sempre acompanhamento de profissionais qualificados e bem remunerados, são medidas fundamentais para o desenvolvimento da criança e do/da adolescente.

O crescimento saudável envolve também ações de promoção da saúde: alimentação balanceada, atividades físicas e esportivas, acompanhamento periódico de profissionais de equipe integral de saúde, moradias de qualidade em meio ambiente salubre. Tudo isso deve ser parte de políticas públicas que atendam as especificidades de cada uma das etapas de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Isso inclui desde o cuidado e apoio físico-psíquico e social da gestante até a educação sexual das adolescentes e dos adolescentes.

As crianças e adolescentes de Belo Horizonte reivindicam que um governo da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade dê fim ao trabalho infantil e à exploração sexual de meninos e meninas, garantindo a essa população um ambiente livre de qualquer tipo de violência. Isso inclui a expansão da rede de acolhimento das crianças e dos/das adolescentes em condições de vulnerabilidade social.

O ir e vir para acessar os espaços educacionais e recreativos da cidade não deve ser um

obstáculo ao desenvolvimento das pessoas em tenra idade. A implementação do passe livre para os estudantes é condição inegociável que se coloca como desafio a uma gestão municipal.

Para construirmos um horizonte realmente belo, é preciso produzi-lo agora!

Tendo apresentado quem somos e as especificidades de algumas demandas das amplas maiorias da sociedade com quem a Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade irá governar, ou seja, com o povo da cidade de Belo Horizonte, vamos falar sobre como pensamos em fazer um bom governo.

3. PODER POPULAR

3.1. Os desafios da construção do Direito à Cidade em Belo Horizonte

Muitos tratam o tema do direito à cidade como o simples acesso democrático a serviços coletivos urbanos. Ao longo deste programa, torna-se claro como nossa proposta vai muito além deste pressuposto básico para a democracia urbana: o direito à cidade envolve sua construção coletiva, através de um profundo processo de democratização do fazer-cidade, de seu planejamento e de sua gestão. Trata-se de um grande desafio, e estamos mais distantes desta possibilidade do que já estivemos anteriormente, pois assistimos nos últimos anos a um processo de tomada da cidade por forças contrárias a esta democratização ampla – uma breve história que merece ser contada e analisada, por esclarecer alguns aspectos importantes a respeito da forma que a cidade se tornou ainda mais excludente, apesar das boas aparências e de todo o marketing a ela dedicado.

Em meados da década de 1990 os agentes promotores do neoliberalismo "descobrem" a cidade como uma grande oportunidade de negócios. Num primeiro momento, o modelo que viria a se tornar conhecido como *cidade-empresa* surge no formato do chamado planejamento estratégico, voltado para atrair turistas e investidores através do marketing da cidade e da produção de uma fachada "espetacular" que altera radicalmente a lógica do planejamento urbano tradicional. Este se baseava num princípio simples de diagnóstico dos problemas, prognóstico das soluções possíveis, priorização democrática destas últimas (prioridades definidas de acordo com necessidades-vontades da

maioria). Na contramão desse processo, o planejamento estratégico atua no modelo de "fazer o bolo crescer para depois distribuir". Ou seja, as prioridades são definidas de acordo com a estratégia de aproveitamento dos potenciais da cidade. Os investimentos são feitos para tornar a cidade um cartão postal em que essa atração de investimentos gere emprego e renda o suficiente para supostamente “puxar” toda a economia urbana a reboque.

Em meados dos anos 2000, esse modelo se aprofunda nas principais capitais do país, com prefeitos que se orgulham de “não serem políticos” e de administrarem a cidade numa lógica empresarial. Trata-se de uma estratégia de tomada do estado pelo poder econômico, via Parcerias Público-Privadas (PPPs) e privatizações. Outra decisão grave foi o enxugamento dos gastos públicos para cumprir compromissos com o capital especulativo, em sintonia com o endividamento em escala nacional, agudizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Esse processo foi ditado de fora pelas agências multilaterais (sobretudo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI) e regido no âmbito interno pela aparentemente inocente Lei de Responsabilidade Fiscal, além de várias outras leis no Congresso Nacional e iniciativas do poder executivo.

As últimas gestões municipais em Belo Horizonte vêm fazendo avançar o neoliberalismo na reestruturação do governo municipal. A PBH Ativos S.A. aparece na ponta deste processo, como um experimento regulatório de mobilização de formas de entrada de capitais privados em domínios anteriormente restritos ao poder público. O município vem transferindo ativos públicos (inclusive terrenos) para seu domínio, para servir como garantias para os investidores que entrarem nas parcerias público-privadas. A PBH Ativos também planeja e executa novas PPPs, e emite títulos da dívida para captar recursos no mercado. Isto significa que as PPPs vão criar novas oportunidades de investimento para o setor financeiro e capitais diversos, chegando a atingir a privatização de espaços públicos como parques, o estacionamento rotativo (faixa azul), entre outros, sempre tendo como justificativa o endividamento do município. Do ponto de vista da prefeitura-empresa, o uso do espaço público deve ser cobrado, pois trata-se de um ativo de propriedade do município, e não de um bem que pertence à população, que pode ser apropriado e usufruído por todas e todos de forma livre e aberta.

A lógica desta cidade-empresa envolve seguir a cartilha do neoliberalismo no que diz respeito à necessidade de se encontrarem vocações econômicas para determinados lugares com maior “competitividade” que outros e se especializarem nelas. As cidades passam a competir umas com as outras nos setores que constituem as especialidades das economias metropolitanas: serviços em geral, sobretudo os chamados serviços avançados, ou especializados (serviços de advocacia, consultoria, contabilidade, de saúde, de comunicação social, escritórios de arquitetura, de design etc.). Estas atividades se complementam entre si, precisam de contratar uns aos outros o tempo todo, e essas relações ainda são muito difíceis à distância. Necessitam também da proximidade do mercado consumidor amplo que se concentra na metrópole. Com isso, a localização física se torna praticamente o insumo produtivo mais importante do setor terciário – ou de serviços. Ele não funciona se não conseguir se localizar estrategicamente dentro da metrópole (o que é válido tanto para o espaço não-residencial quanto para o residencial das pessoas que trabalham nessas atividades). E o setor que provê este insumo fundamental (localização) às atividades que constituem as especialidades da metrópole é o mercado imobiliário.

Outra característica importante do mercado imobiliário é sua capacidade, quando atua de forma acoplada a uma política urbana a seu serviço, de extrair rendimentos para seus agenciadores, através do aumento da renda da terra (aluguéis, amortizações) dos imóveis na cidade. A cidade neoliberal promove este processo de valorização imobiliária ampliada, inclusive como forma de aumentar a própria arrecadação da prefeitura através de IPTU mais elevado. Uma das consequências imediatas é o processo de expulsão da população de baixa renda dessas áreas de maior valorização, a chamada *gentrificação*. Do ponto de vista antidemocrático da cidade-empresa, a população de baixa renda gera IPTU baixo e custos altos em função da necessidade de serviços públicos diversos. Por outro lado, grupos de alta renda geram IPTU alto (e outros impostos como o ISS) e custos baixos no provimento de serviços – pois utilizam as redes particulares de serviços de saúde e educação.

Este processo de *gentrificação* – expulsão da população de baixa renda inquilina e mesmo proprietária - pela valorização imobiliária em determinado local – ocorre de

formas distintas em diversos locais espalhados em todo o município de Belo Horizonte no período entre 2005 a 2014. As ocupações urbanas recentes são diretamente ligadas a esta dinâmica, que envolve também o abandono da política habitacional. A oferta de habitação de interesse social nestes locais é vista com maus olhos pelos agentes imobiliários, pois eles visam o mercado de classe média alta - que busca espaços auto-segregados para viver, sem mistura com grupos de renda mais baixa. O provimento de moradia através de conjuntos habitacionais significa para a cidade-empresa um potencial de valorização mais baixo em seu entorno. Ademais, é claro que a valorização imobiliária se relaciona também com aspectos macroeconômicos, mas é fundamental ressaltar que a intervenção do setor público na escala local é imprescindível para que ela ocorra de forma mais intensa – seja através de projetos de infraestrutura ou da própria legislação permitindo certos tipos de empreendimentos em determinadas áreas.

Deste modo, a cidade-empresa envolve o esforço proativo do setor público de aumentar o valor imobiliário agregado do município como um todo. Tenta-se ampliar ao máximo o potencial de valorização dos lugares onde ele já existe (áreas historicamente elitizadas, zona centro-sul de Belo Horizonte), e criar este potencial onde ele pode vir a existir – o que é feito através de intervenções urbanísticas diversas. De forma complementar, busca-se diminuir ao mínimo possível os focos de desvalorização: lixões e obras de drenagem pluvial que valorizam áreas de Belo Horizonte causam prejuízos em municípios vizinhos (o lixão de BH foi exportado para Sabará e obras do fechamento do Ribeirão Arrudas provocam estragos em períodos chuvosos, na mesma cidade). Outros alvos da estratégia cidade-empresa são as favelas e habitações de interesse social, pois são áreas de menor valor em si e que geram desvalorização em seus entornos). Daí a transformação do Programa Vila Viva, que surge a partir das necessidades reais das vilas e favelas, de infraestrutura, saneamento e integração à cidade, e que passa a ganhar progressivamente um caráter rodoviarista, de intervenções viárias que resultam na remoção de grandes contingentes de moradoras e de moradores, em grande medida forçados a sair do município em busca de moradias de custo ainda acessível.

Neste quadro de incentivo do setor público ao aumento de preços de imóveis na cidade através da política urbana, a especulação imobiliária ganha fôlego e amplia sua

atuação – bem como os estragos que causa. Embora nem toda valorização de imóveis decorra de movimentos especulativos, a dinâmica de incremento nos preços de forma ampla como se assiste até o período anterior à crise atual cria enormes oportunidades para especuladores, e incentiva sua atuação. As consequências, embora invisíveis porque trancafiadas atrás de portas, muros e janelas, são sentidas por todos: a ampliação do estoque de imóveis vazios, agravando uma das maiores contradições de nossas grandes metrópoles hoje, da convivência de tanta gente sem casa com tanta casa sem gente.

O simples fato do município de Belo Horizonte ter pequena extensão territorial em comparação a outras grandes capitais também atua no agravamento deste quadro excludente. A população do município da capital mineira corresponde a menos da metade da população total de sua região metropolitana, cujas áreas de maior valorização imobiliária estão justamente no núcleo situado em BH e em processo de transbordamento para Nova Lima através da atuação agressiva da prefeitura daquele município nestes mesmos termos, de gestão urbana empresarial.

A política urbana que promove a valorização imobiliária, que se traduz na elitização do município, gera a expulsão da população de renda mais baixa para os municípios vizinhos onde ainda é possível encontrar moradias por custos mais baixos. Com esta dinâmica, os próprios agentes promotores da exclusão na cidade, inseridos no setor público, muitas vezes apresentam indicadores quantitativos de qualidade de vida em nível local que mostram como “as coisas estão melhorando” para todos e todas. No entanto, uma apreciação mais cuidadosa por meio de conversas com as moradoras e os moradores é capaz de revelar o que os números escondem. Indicadores como renda per capita, escolaridade média, expectativa de vida, Índice de Desenvolvimento Humano etc. obviamente tendem a aumentar se os grupos de baixa renda estiverem sendo expulsos para outros municípios por não conseguirem arcar com aluguéis e mesmo impostos cada vez mais altos. Assim, além de conduzir tal dinâmica de exclusão da cidade, estes agentes promotores da cidade-empresa fazem o marketing deste processo baseado em números que não são falsos em si, mas são considerados positivos justamente porque são capazes de esconder a exclusão que agenciam.

Conter esta dinâmica de injustiça social promovida através da política urbana

envolve democratizar ampla e profundamente a condução do planejamento da cidade, para que ela possa ser o espaço do encontro, da pluralidade, da fruição, do aprendizado mútuo e da criação, de forma radicalmente inclusiva, aberta e democrática. Dar voz aos excluídos e silenciados da atual cidade em crescente processo de elitização é um primeiro passo nessa direção.

3.2. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO POPULARES: DIRIGIR A CIDADE PELA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO PODER POPULAR

A radicalização da participação democrática das comunidades de Belo Horizonte deve ser um dos traços fundamentais para se construir uma nova referência institucional na qual, através de conselhos populares com poderes deliberativos, a população possa não apenas discutir e decidir os projetos mais necessários para cada região, mas também acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos advindos da tributação pública. Isso não ocorre com o modelo atual de OP da PBH, que mantém o poder de decisão da data de início da obra e de como ela será executada, ao sabor dos compromissos do executivo com as empreiteiras e outros ramos empresariais, fiéis doadores de campanha desses governantes.

Defendemos um Orçamento Participativo que tenha maior abrangência sobre as diversas áreas administrativas: saúde, educação, habitação, meio ambiente, transporte, segurança pública, lazer, cultura, entre outras, de modo que todos os recursos, de origem municipal, estadual ou federal, possam passar pelo crivo do debate público e democrático. O primeiro passo a ser dado deve ser a instalação dos conselhos populares por área específica, onde todos os cidadãos e todas as cidadãs terão o direito de participar dos debates e de deliberar a partir de assembleias de bairro sobre projetos de macro aplicação, e sobre os investimentos nas respectivas áreas para a sua região.

Ao contrário do que acontece com o atual modelo de OP, que cada vez menos recebe parcelas do orçamento municipal, defendemos a aplicação de 100% desses recursos para os projetos debatidos e aprovados nos conselhos populares.

Esses conselhos devem ser formados por entidades de classe identificadas com o tema, por profissionais das diversas categorias que atuam nessas áreas e pelos

moradores e moradoras que, eleitos em cada quarteirão dos vários bairros de Belo Horizonte, serão os/as representantes da população nas discussões de projetos e na escolha das ações a serem implementadas.

O poder público pode e deverá participar dos debates nos conselhos, apresentando dados, subsidiando as discussões com informações pertinentes e, quando for o caso, encaminhando suas propostas para serem avaliadas pelos conselheiros e pelas conselheiras, em condições de igualdade.

A aplicação dos recursos desses projetos deve estar a cargo de uma comissão gestora eleita de forma direta no final dos debates. Ela terá a tarefa de aplicar os recursos públicos e prestar contas à população sobre a execução das obras.

Para se evitar vícios, como o fenômeno do lobby e da corrupção, os/as ocupantes dos cargos deverão ser mudados de acordo com a avaliação dos membros do conselho, caso não haja confiança necessária ou algum processo que prejudique o bom andamento dos trabalhos.

Qualquer cidadã ou cidadão deve ter acesso aos processos, às etapas de execução dos projetos e às planilhas de custo. Nos casos em que algum tema seja de abrangência municipal, e houver uma significativa divisão de interesses após o debate público, as duas propostas mais expressivas devem ser levadas a referendo popular, resguardando o direito de veiculação das propostas, a serem implementadas, pelos órgãos de imprensa, além de debates televisivos, criando condições para que toda a sociedade possa tomar ciência dos fatos.

Esperamos que essa forma de radicalizar a participação democrática possa, de fato, garantir não apenas a condução popular da administração pública e política da PBH, mas também proporcionar um salto de qualidade no processo de organização e conscientização das comunidades e da população em geral. Esta expectativa refere-se sobretudo ao sentido da participação ativa, visando construção do poder popular na disputa e na condução dos recursos públicos por aqueles e aquelas que, de fato, produzem a riqueza da nossa cidade, ou seja, a massa trabalhadora, a mais espoliada e excluída pelos governos elitistas.

3.3. DESENVOLVIMENTO HUMANO: TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Durante muitas décadas, no Brasil, sobretudo ao longo da ditadura civil-militar, predominou-se a noção de que para haver desenvolvimento, a economia deveria crescer. A distribuição de seus frutos viria depois. É a famosa metáfora do bolo: crescer primeiramente para depois distribuir. Mas, apesar do aumento do poder de consumo de grande parte da população, sobretudo na era Lula, não houve nenhuma mudança significativa na relação da classe trabalhadora com a economia. A estrutura produtiva se concentrou na exportação de commodities, em setores de altíssimo impacto ambiental, como mineração e agronegócio, com pouca capacidade de geração de empregos qualificados e de salários altos, além de reproduzir um modelo consumista, individualista, concentrador e excludente, que continua sendo reproduzido até seus limites estruturais.

Economistas vêm falando da desindustrialização do país e de retorno a padrões de produção que remetem o Brasil à época anterior à da substituição das importações, nos anos 30! Isso é preocupante, devido aos graves impactos em termos de descapitalização do estado e de geração de emprego, dentre outros.

Tratar a questão das relações de trabalho e remuneração na cidade é abordar o aspecto central do desenvolvimento econômico local e seu potencial de transformação da realidade. Atualmente, predomina a noção de que para se desenvolver a economia deve simplesmente crescer. O Brasil teve taxas de crescimento do PIB expressivas durante várias décadas, contudo tal crescimento não significou mudança significativa na relação da sociedade com a economia, e a estrutura produtiva se concentrou em setores com altos níveis de impactos ambientais, com pouca capacidade de geração de empregos com altos níveis de qualificação e renda, além de reproduzir um modelo consumista, individualista, concentrador e excludente, que continua sendo reproduzido até seus limites estruturais.

Nesse cenário, Minas Gerais - e em consequência BH- aparecem como um caso emblemático da situação brasileira. A região metropolitana de BH teve seu crescimento econômico impulsionado pelo elevado crescimento da China, grande importadora de

commodities. No entanto, o estado não se preocupou em implementar políticas industriais que transformassem a estrutura produtiva de Minas. Dessa maneira, o que continua a acontecer é o crescimento predatório das atividades da mineração e da metalurgia, que beneficiam apenas uma pequena parcela das elites ligadas a este capital, em detrimento de um alto custo ambiental e social para nosso estado, como é o caso do emblemático e gravíssimo caso crime de Mariana, um dos maiores crimes ambientais do planeta, cujo comprometimento humano e ambiental repercutirá décadas.

O emprego em Belo Horizonte é, majoritariamente, dominado pelo setor de serviços, que representava 67% das vagas do setor formal, em 2006. A cidade ainda concentra a maior parte das oportunidades de trabalho da Região Metropolitana, o que acarreta em grande afluxo diário de pessoas para BH. É importante ressaltar, também, que há uma concentração geográfica na oferta desse tipo de emprego na região Centro-Sul da cidade, com exceção para a região Norte, que abriga a Cidade Administrativa.

O crescimento do tipo de emprego do setor de serviços, nos últimos anos absorveu parte do trabalho informal, que se verificava na capital principalmente pela ação dos camelôs. Mas, a diminuição desse trabalho não se deu majoritariamente por essa causa, e sim pelo aumento da repressão policial nos últimos anos, aliado a um processo de alta do preço da terra que, em última instância, tem expulsado a população de renda mais baixa para municípios da periferia da RMBH, como Ribeirão das Neves, Vespasiano e outros.

O crescimento do setor terciário – em detrimento das atividades industriais que outrora empregavam contingentes maiores – envolveu, também, um forte aumento do emprego nos setores de serviços precários, de baixa remuneração, com pouca ou nenhuma mobilidade ascendente e altíssima rotatividade do trabalho, o que criou uma grande camada de trabalhadores mal remunerados e sem qualquer estabilidade de emprego ou perspectiva de ascensão nas atividades que exercem.

Uma vez delineada a situação geral do município, deve-se pensar o papel do poder público municipal em transformar a cidade. O foco de nossa proposta deve ser o combate à precariedade – formas de trabalho com baixa remuneração e em más condições – mas,

principalmente, na constituição de formas de alteração das relações sociais de trabalho, influenciando na questão da relação capital- trabalho na cidade.

Para nós, a criatividade é fonte do desenvolvimento humano em geral e do desenvolvimento econômico especificamente. As lutas pelas liberdades democráticas, por uma sociedade aberta e tolerante, a luta por direitos e as múltiplas lutas contra discriminação, racismo e preconceitos de toda ordem são elementos básicos para o florescimento da criatividade das pessoas. Uma sociedade livre e aberta é uma base para o desenvolvimento dos talentos de todos. Educação de qualidade para todos é outro componente decisivo para abrir espaço para o florescimento dos talentos das pessoas.

A criatividade é um componente cada vez mais importante no desenvolvimento econômico. A economia mundial, especialmente em seus centros mais avançados, transita para uma economia baseada no conhecimento. Essa transição abre desafios e oportunidades para uma cidade como Belo Horizonte.

Em nosso programa para a cidade, a construção de uma economia criativa é central e envolve três dimensões básicas.

A primeira dimensão é a da cultura e da arte. Expressões da criatividade humana, elas abrem espaço para o crescimento da economia da cidade, ao multiplicar possibilidades de empregos em áreas como música, teatro, cinema, poesia e literatura. Uma cidade repleta de museus, bibliotecas, atividades culturais e festivais, é uma cidade que gera condições para o enriquecimento das pessoas, a ampliação de horizontes e o fortalecimento das experiências educacionais formadoras, especialmente para crianças e jovens - certamente um complemento importante de mudanças necessárias na área educacional.

A segunda dimensão é a da criatividade em setores industriais tradicionais. Nesse ponto, Belo Horizonte tem um acúmulo importante em termos da criatividade em moda, um setor com impacto sobre as indústrias de roupas e calçados - que de certa forma articula a primeira e a terceira dimensões. A moda é uma espécie de pesquisa e desenvolvimento das indústrias de roupas e calçados.

A terceira dimensão é a da ciência e da tecnologia. Expressões da criatividade humana, elas abrem espaço para mudanças na dinâmica econômica da cidade, tanto

enfrentando desafios atuais como explorando novas avenidas de desenvolvimento. Belo Horizonte está dotada de uma rica base de universidades, faculdades e institutos de pesquisa, um bom ponto de partida para o fortalecimento da economia criativa da cidade.

Entre os desafios que a ciência e a tecnologia local devem responder, está a transformação do ambiente urbano, lidando com temas como moradia, mobilidade, reciclagem de lixo e eventos climáticos extremos.

Entre as oportunidades, Belo Horizonte acumula recursos e instituições para construir uma economia que consolide atividades como a produção de software e atividades relacionadas às ciências da computação e à contínua revolução das tecnologias da informação e da comunicação. Há importantes acúmulos iniciais de recursos para a entrada de empresas localizadas na cidade em setores econômicos ainda emergentes como a nanotecnologia (e novos materiais), a biotecnologia (com ênfase na saúde humana), a produção de energias limpas (energia solar, em primeiro lugar).

Para isso, importa na cidade investir em capacitação e educação dos trabalhadores e trabalhadoras, como um primeiro passo na direção de maior autonomia em relação à dependência dos empregos precários, de baixa remuneração e sem estabilidade, pois a oferta abundante de mão de obra desqualificada, e sem outras alternativas de inserção profissional, é altamente benéfica para o capital. Trata-se então de formar trabalhadores e trabalhadoras com maior capacitação técnica que sejam capazes de se livrar dessa dependência absoluta dos empregos precários que constituem a maior parte do setor de serviços na cidade hoje, e, principalmente, que este processo de capacitação e de educação no sentido amplo não passe pelo mercado, e não seja simplesmente mais uma mercadoria na cidade. Para enfrentar esta questão estamos propondo a criação um centro municipal – ou vários centros regionais - de formação técnica e profissional, que aumente o nível de qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras ao mesmo tempo em que incentive o estabelecimento de novas formas de organização do trabalho, tais como cooperativas e outras organizações da economia solidária, em que não haja pressão pela competitividade, típica do capitalismo. O cerne da questão é, a partir do poder público, criar instrumentos de empoderamento da população também na questão econômica, democratizando o acesso aos bons empregos, ao mesmo tempo em que se criem novas formas de inserção produtiva,

baseadas em princípios distintos da relação capital-trabalho. Estas novas formas de lidar com a atividade produtiva e com a cidade formam a base de uma nova forma de organização e participação política, que é a base da proposta deste programa. A radicalização democrática passa por democratizar as relações de trabalho e ampliar a participação da população na direção da vida econômica da cidade.

Assim, a proposta de centros de capacitação técnica também se encontraria nos espaços das escolas municipais. A ideia é fazer com que a capacitação se volte para os bairros, e se relacione com a solução problemas reais, como é o caso da questão da habitação.

Em resumo, uma proposta para o mundo do trabalho na cidade deve ser a construção de novas relações sociais em que a economia seja colocada a serviço dos interesses dos trabalhadores, trabalhadoras e demais setores populares. Trata-se de buscar retirar BH da recente visão do planejamento estratégico, que preconiza a competição entre as cidades, usa a renúncia fiscal como instrumento de atração de grandes empresas e multinacionais que nada fazem além de concentrar os ganhos para uma ínfima camada da população, e que abandona a perspectiva de desenvolvimento econômico democrático e distributivo, em nome de uma estratégia concentradora e altamente excludente. O desenvolvimento local e democrático de novas formas de trabalho, e novas relações sociais, visa não só a geração de emprego e renda, mas a construção de um espaço cidadão melhor, menos desigual, para população voltada para sua vida cotidiana, inserindo nesta o trabalho como obra, e onde a atividade criadora, colaborativa e autônoma, toma o lugar da simples reprodução das relações atuais de trabalho como valorização do capital.

Eixos e propostas:

- Abandono da visão empresarial e competitiva de gerir a cidade e da renúncia fiscal como formas de atração de grandes empresas e multinacionais.
- Incorporação da concepção de economia criativa na elaboração das políticas de trabalho, emprego e renda.
- Eliminação do trabalho precário – de baixos salários e alta rotatividade – por meio de políticas públicas de capacitação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

- Criação de centros de capacitação de formação técnica e profissional com ênfase para novas formas de organização do trabalho, cooperativas e solidárias.
- Incorporação dos princípios desses centros ao projeto político educacional da cidade que precisamos construir com a comunidade escolar, visando também estimular centralidades e a autonomia da população em relação ao seu bairro.

3.3.1 Mulheres Trabalho e Geração de Renda

Uma histórica reivindicação das mulheres é a independência econômica e a divisão do trabalho doméstico. Para isto, considerando as mulheres desempregadas ou em trabalhos precários são necessários programas de qualificação, capacitação e formação que possibilitem a geração de emprego e renda, bem como a criação de cooperativas de produção, assistência técnica e acesso ao crédito.

Para estas e para as mulheres trabalhadoras, o governo municipal deve criar toda uma rede de suporte social, tais como a ampliação das vagas e horário integral na educação infantil, restaurantes populares em todas as regionais e criação de lavanderias coletivas. Atenção especial deve ser dada às micro e pequenas produtoras, individuais e coletivas e, sobretudo, às mulheres negras e indígenas que são ainda mais destituídas de poder em nossa cidade.

As mulheres em situação de prisão merecem apoio ainda maior dos movimentos sociais, de direitos humanos e do governo municipal. Devem ser implantados programas de alfabetização e educação continuada e cursos de capacitação profissional como forma de reabilitação e ressocialização. Estes programas devem também incluir as jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Finalmente, tudo isto só será possível com a mais ampla participação das mulheres nos espaços de decisão das políticas, sobretudo as estratégicas, e na disputa por recursos orçamentários.

Propostas e eixos:

- Fortalecimento da Coordenadoria da Mulher com estrutura, recursos humanos e

orçamento próprios, para implementar e ampliar as políticas para as mulheres e de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência, sobretudo contra as mulheres negras. Não se perderá de vista as conquistas alcançadas e firmadas nas Declarações e nos pactos firmados nas Conferências Internacionais e Nacionais das Mulheres, e nas Marchas das Mulheres Negras.

- Implementação e ampliação das políticas e dos equipamentos sociais voltados para as mulheres idosas, considerando as mudanças demográficas e etárias.
- Execução e implementação das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com diagnósticos e avaliação e com permanente controle social e monitoramento dos recursos, com a plena participação dos movimentos de mulheres e feministas.
- Ampliação, aperfeiçoamento e monitoramento da Rede Municipal de Atendimento às Mulheres em situação de violência, garantindo a inclusão de programas, serviços e ações, e a efetiva implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais que dizem respeito aos direitos das mulheres a uma vida digna e sem violência.
- Capacitação e sensibilização dos servidores e das servidoras na temática da violência de gênero, incorporando as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência, garantindo a implementação de uma política de gestão de pessoas integrada à Rede de Atendimento à Mulher, e articulando as áreas de segurança pública, educação, cultura, saúde, justiça e assistência social.
- Promoção de medidas educacionais, preventivas e de campanhas permanentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo outras formas de violência como a mercantilização do corpo, o assédio sexual, o racismo, a lesbofobia bem como a reprodução da violência nos meios de comunicação, na publicidade e nas diversas ações de comunicação e cultura.
- Criação e fortalecimento das ações de fiscalização contra o turismo sexual e a exploração sexual de meninas e mulheres, com especial reforço nos grandes eventos que acontecem na capital mineira.
- Incorporação das perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de

peças com deficiência à proteção de direitos das mulheres em situação de violência, proporcionando ações intersetoriais e integradas para a prevenção e o enfrentamento da violência.

3.3.2 Juventude Trabalho e Geração de Renda

A saída da escola e a entrada no mundo do trabalho são processos que caracterizam em alguma medida a juventude urbana. No Brasil, a média de idade de entrada no “mercado de trabalho” é de 15,8 anos entre os homens e de 15,9 anos entre as mulheres. Ao mesmo tempo, a média de idade em que os jovens saem da escola é de 18,1 anos para homens e de 17,9 anos para as mulheres. Ou seja, a saída da escola é, em média, posterior ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho, o que constitui em si um problema bastante particular. Estes dados são genéricos. Não informam sobre a situação da juventude da zona rural e a juventude negra. Mais são os dados disponíveis no momento!

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a taxa de desemprego entre os jovens está diretamente relacionada com a taxa de desemprego da sociedade em geral, mas a juventude sente mais fortemente as variações da crise econômica. Assim, mostra-se mais vulnerável ao desemprego diante de mudanças na economia.

Não consideramos a simples entrada de jovens no chamado “mercado de trabalho” uma solução para a sua cidadania plena. Para os que trabalham, é preciso assegurar formas de proteção contra as variações do mercado. Mas ao mesmo tempo, nosso esforço deve ser combinar políticas de retardo do ingresso dos jovens no mundo do trabalho, garantindo assistência às famílias e atendimento das necessidades básicas, e permitindo um período de transição para que esse ingresso não se dê de maneira precária.

Por isso, defendemos os seguintes eixos:

- Participação da juventude na elaboração das políticas públicas nas áreas de trabalho, emprego e renda.
- Interlocução com os governos estadual e federal para a implementação de ações que permitam ampliar a permanência dos jovens e das jovens na escola, a fim de que possam

cursar o ensino público regular até a conclusão do ensino médio, da educação superior ou da educação profissional, conforme suas demandas.

- Estabelecimento de mecanismos de controle social dos recursos aplicados em formação profissional e em outros programas, por meio do Conselho Municipal da juventude, utilizando seus respectivos fundos.
- Políticas de qualificação profissional, de formação socioeducativa com ênfase em capacidades específicas, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil.
- Inclusão de jovens que cumprem medidas socioeducativas nos programas de formação profissional.
- Acompanhamento dos jovens e das jovens que se beneficiam dos programas públicos de emprego e renda.

3.4. MOBILIDADE URBANA COMO POLÍTICA DE APROPRIAÇÃO DA CIDADE

Antes de se dar início à visão da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade sobre este setor, é crucial colocar em pauta a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras nos transportes coletivos. Motoristas, agentes de bordo ou cobradores/as têm experimentado jornadas de trabalho estressantes, multas abusivas e injustas, reposição de valores em caso de roubo, cobranças por danos nos veículos a despeito de sua responsabilidade, turnos, férias e folgas ao sabor dos interesses das empresas, impedindo a programação do tempo para outras atividades pessoais. Também há linhas sem terminais (a exemplo do ônibus 4108 – Pedro II/Mangabeiras que não tem PC no elegante Bairro das Mangabeiras). Neste caso, os trabalhadores e as trabalhadoras ficam sem banheiro e sem água fresca.

Agregam-se a essas condições de trabalho desumanas, o trânsito enlouquecedor da cidade, sobretudo nos horários de pico, e a ameaça de extinção do cargo de agente de bordo, como já ocorreu com lei municipal recentemente vetada. As consequências são inevitáveis: afastamentos por razão de saúde, pânico que já levou alguns a abandonarem o veículo em plena viagem e desmotivação em continuar na categoria. A Frente de Esquerda

Socialista Por Dignidade não pode falar em dar prioridade à mobilidade urbana, sem propor a garantia dos direitos desta categoria e a humanização de suas condições de trabalho.

Isto posto, passemos à mobilidade urbana entendida como a capacidade de ir e vir no espaço da cidade. Assim, está relacionada com a possibilidade de as pessoas usufruírem dos recursos do lugar em que habita, ter acesso a espaços não apenas de trabalho, mas de educação, esportes e lazer. A dinâmica diária da cidade pressupõe esse fluxo contínuo de pessoas e transborda os limites territoriais do município, englobando um espaço de conurbação metropolitana. Em BH, esse espaço conurbado, no qual o tecido urbano é contínuo e não há uma definição física clara de onde acaba um município e começa o outro, já abrange mais de 10 municípios, além da capital mineira. Além destes, há vários municípios que têm seu fluxo diário condicionado a BH, sendo a RMBH constituída por 34 municípios.

A compreensão da mobilidade urbana em BH passa pela construção de uma política pública para esta área passando a compreendê-la como um sistema. Especificamente, temos que analisar a situação dos transportes coletivos em três quesitos: qualidade, abrangência - tanto em quantidade como em rede geográfica (capilaridade) – e preço. Se qualquer desses três quesitos estiver ruim, o funcionamento do sistema de transporte coletivo fica comprometido. Tendo essa visão em mente, a proposta de mobilidade urbana da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade - PSOL/PCB se estrutura em 4 eixos principais, a saber:

3.4.1 Integração metropolitana

Atualmente a gestão do transporte público na RMBH se dá em nível intramunicipal por cada município separadamente, e em nível intermunicipal pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Estado. A falta de integração no planejamento das linhas, horários e quantidade de ônibus gera enorme transtorno para a população. Transtorno este agravado pelo sistema diferenciado de concessão para os ônibus, o que faz com que as tarifas sejam diferenciadas e seus reajustes ocorram em momentos diferentes, e – principalmente – não haja integração tarifária entre os cartões pré-pagos de tarifa.

Dessa maneira, propomos a implantação mais rápida possível de um sistema de administração unificada dos transportes coletivos em nível metropolitano, com integração tarifária e sistema de concessão único. Ressaltamos, também, que a falta de acordo para se chegar a uma integração tarifária é fruto da lógica privada do transporte público, que faz com que as concessionárias estejam voltadas para as disputas entre si e queiram cada vez mais lucro.

3.4.2 Integração modal: primazia do transporte público e do não-motorizado

A integração dos diferentes modos de transporte é outro eixo da nossa proposta. Para reverter a dominação do carro como meio de transporte, que atualmente paralisa nossas cidades, deve ser dada a máxima prioridade aos transportes coletivos e aos meios não- motorizados de transportes. Neste caso, agrega-se um valor que é a saúde pública.

É necessária também a ampliação dos espaços dos ônibus na cidade, com um maior número de faixas exclusivas. Além disso, é preciso integrá-los a outros meios de transporte como o metrô, com mais estações integradas. Para o caso do modo de andar a pé e da bicicleta, é necessária a ampliação e melhoria das calçadas da cidade, ampliando o espaço pedonal. A instalação de bicicletários, o aumento de ciclovias e ciclofaixas bem como a integração ao transporte coletivo com a instalação de porta-bicicletas nos ônibus são outros pontos propostos.

3.4.3 A mobilidade como direito: por uma política de destarificação do transporte público

A inversão da lógica de financiamento do transporte público em Belo Horizonte é o ponto principal, crucial, de nossa proposta programática. O atual edital de concessão do transporte público em BH tem uma validade de 20 anos e garante, em cláusula contratual, o lucro das empresas via tarifa por todo este tempo. Qualquer variação nos custos é repassada imediatamente para os passageiros e as passageiras, por meio do aumento anual da tarifa. Diga-se, de passagem, que as planilhas dos custos não são disponíveis ao público ou, quando o sindicato das empresas concessionárias é obrigado a mostrá-las, opera-se a grosseira manipulação dos dados.

A partir desses fatos, surge a necessidade de formulação de propostas para reverter radicalmente essa situação. Em primeiro lugar, é necessária a inversão na forma de financiamento do sistema. Não mais o passageiro pagando diretamente a passagem a cada momento que usar o sistema, e sim uma forma de financiamento antecipada, *uma mudança do financiamento direto para o financiamento indireto*. Esta forma já é presente nos dois grandes serviços básicos da sociedade: saúde e educação que, por mais que aparentem ser gratuitos no momento de sua utilização, foram pagos por toda a sociedade antecipada e continuamente na transferência de recursos por meio de impostos.

É a mudança da lógica do “paga quem usa” para a lógica do “paga quem se beneficia” do serviço. Nenhum recurso público será suficiente para financiar o transporte coletivo se este ainda estiver estruturado na lógica do lucro, como ocorre atualmente em BH. A reversão dessa lógica só é possível por meio de uma revisão dos contratos de concessão e um enfrentamento do oligopólio das empresas do transporte coletivo da cidade. Dessa maneira, é necessário criar instrumentos que possibilitem essa redução dos lucros por meio da redução do valor tarifário a um valor próximo de seu custo real. Isso implica também que, progressivamente, a concessão pública não seja mais administrada pelo setor privado – inevitavelmente submetido à lógica do lucro. Segundo Lúcio Gregori, secretário de transportes de São Paulo durante o governo Luiza Erundina e idealizador da destarifação, é necessária uma progressiva “municipalização do transporte coletivo”.

Em resumo, propomos que a política tarifária de se garantir o lucro para as empresas deve ser revogada e uma destarifação, financiada progressiva e simultaneamente pelos lucros dos empresários e os recursos públicos propostos aqui, deve ser posta em prática.

Sabemos que a nossa proposta, nos moldes como foi apresentada, ainda precisa ganhar apoio político e disputar espaço. Por isso, apoiamos todas as políticas progressivas de destarifação a começar pela revisão do contrato de concessão e da política tarifária, e por um imediato barateamento da tarifa atual. Além disso, propomos a criação de um fundo público constituído a partir dos recursos de publicidade dos ônibus, da realocação orçamentária dos recursos de expansão do sistema viário e de multas, que possibilite a universalização do passe-livre estudantil, e o estabelecimento do passe-livre universal aos

fins de semana. Medidas de simplificação tarifária (como a possibilidade de compra de um valor semanal ou mensal) também caminham no sentido da destarifação.

3.4.4 Controle popular da mobilidade urbana

Todos os três eixos anteriores só terão efetividade se estiverem submetidos a um controle da sociedade. Para isso, propomos a estruturação de 10 conselhos populares – um para cada regional da cidade e um em nível municipal – com caráter deliberativo. Além disso, deve haver a imediata divulgação das contas dos consórcios de ônibus e, principalmente, da administradora do sistema de cartão pré-pago BHBUS, a Transfácil.

4. BEM VIVER

4.1. HABITAÇÃO: PELO RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A situação da moradia no Brasil é caótica: milhões de famílias vivem em áreas de risco, mas não apenas devido a enchentes e desabamentos. Há milhões de pessoas que no dia a dia vivem em péssimas condições, sem acesso a água, com esgotos a céu aberto, transporte precário e saúde de má qualidade. Mesmo levando em conta a possibilidade de melhorias destas submoradias, seriam necessárias cerca de seis milhões e seiscentos mil moradias para combater o déficit habitacional do país, segundo aponta o censo de 2010 (IBGE). Belo Horizonte é a sétima cidade brasileira com maior déficit habitacional, segundo levantamento da Fundação João Pinheiro (2013). Na cidade, há um déficit de 78 mil unidades. Porém, para a Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade, embora se fale em déficit habitacional, sabemos que o problema não é a falta de moradias construídas, mas a relação entre pessoas sem moradia e moradia sem pessoas. É visível o número de casas, apartamentos, edifícios desocupados na cidade. Em contrapartida, é crescente o número de ocupações e de pessoas vivendo em condição de rua em Belo Horizonte e em seu entorno.

Uma das causas primordiais dessa situação é a questão do acesso e da

propriedade da terra na cidade, Belo Horizonte tem passado por um processo de valorização da terra urbana sem precedentes em sua história. O aquecimento da indústria imobiliária, a atuação conservadora das recentes prefeituras visando o benefício desse setor, a legislação frouxa e o processo de remoções contribuem para um processo aberto de expulsão das camadas de menor renda da população para os municípios periféricos da região metropolitana, criando uma situação sem precedentes em BH: um aumento dos indicadores de renda per capita em BH pela violenta exportação de seus pobres para longe.

Essas causas fizeram surgir um processo de resistência espontânea da população, por meio principalmente dos processos de ocupação de terrenos vazios na cidade. Assim, a ocupação urbana Dandara, de 2009, surge como um marco de referência para luta por moradia da cidade, tanto por sua força organizativa e de resistência política como por seu projeto urbano de ocupação – articulado com outros setores da sociedade, como as universidades. O aspecto comunitário de Dandara fornece instrumentos para se pensar uma nova forma de planejamento urbano democrático da cidade, que saiba articular as demandas e o protagonismo dos movimentos populares com um suporte técnico e jurídico do poder público.

Dessa maneira, uma proposta de política de habitação para a cidade deve ser capaz de combinar o acúmulo do processo histórico de luta pela reforma urbana no Brasil, que teve grande atuação na década de 1980 e nas lutas na assembleia constituinte, cuja grande conquista institucional foi a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, com o novo protagonismo e demanda dos atuais movimentos de ocupação da cidade. Assim, o primeiro eixo de nossa proposta é estabelecer as condições para a construção de um planejamento urbano democrático e participativo para a consolidação das atuais ocupações urbanas de Belo Horizonte - dentre as quais destacamos Dandara, Irmã Dorothy, Camilo Torres, Zilah Sposito – Helena Greco, Eliana Silva, Paulo Freire.

Entretanto, a consolidação das atuais ocupações não é suficiente para resolver a questão do “déficit” de moradias em BH. Nesse sentido, é necessário criar um plano especial para o estabelecimento de habitações de interesse social que priorize zonas com infraestrutura e equipamento urbano consolidados. A prioridade então seria dada para a

reforma e ocupação dos inúmeros prédios abandonados da região central da cidade. É importante ressaltar que, assim como nas diversas propostas apresentadas aqui neste programa, a política de habitação visa também dar condições para a construção de novas formas de sociabilidade, buscando empoderar a população como um agente participativo no planejamento urbano da cidade. Esse empoderamento deve ser feito também a partir da consolidação de conselhos populares, associação de moradores e outros tipos de organização que não tenham necessariamente uma relação institucional com a prefeitura, para que sua autonomia possa ser garantida.

Temos ainda mais de 30 ocupações no anel rodoviário que merecem atenção e acompanhamento do poder público municipal no sentido de garantir o direito à moradia digna para a população belorizontina.

Por isto, outro ponto importante para a consolidação de uma política de moradias de interesse social é o combate à especulação imobiliária e à indústria imobiliária de uma maneira geral. Assim, é necessária a consolidação de instrumentos fornecidos pelo município e pelo Estatuto da Cidade para atingir tal fim, tal como o IPTU progressivo no tempo e na dimensão territorial da propriedade, aluguel compulsório de propriedades abandonadas, etc. A revisão do zoneamento da cidade é outro ponto necessário para impedir tanto a reprodução de uma lógica de habitação que vise apenas à verticalização e a habitação de luxo para as classes altas, como também possa consolidar e ampliar as zonas especiais de interesse social.

Por fim, como programa mínimo, é necessária atenção especial a famílias que habitam em áreas de risco. As remoções e reassentamentos, necessários nesse caso, devem ser feitas observando o princípio de “chave por chave” e de preservação da comunidade criada, com a nova habitação o mais perto possível da removida, inclusive para não reproduzir a atual lógica de expulsão de população para a periferia como se verificou ocorrer nos casos de remoção do programa “Vila Viva”.

Em resumo, a política de habitação proposta nesse programa deve enfrentar o ponto nodal de entrave histórico na luta pela reforma urbana: a propriedade da terra urbana e seu uso para fins privados em detrimento do interesse da população. A

prefeitura deve dar o primeiro passo ao estabelecer uma política para a utilização social de suas propriedades, ao mesmo tempo em que assume o lado da população sem-teto nas disputas com proprietários privados de terreno ociosos na cidade. É o primeiro movimento de um processo que teria a população como protagonista.

Eixos e propostas:

- Por uma ampla reforma urbana. Moradia digna com condições dignas para todos.
- Eleição direta dos representantes do Conselho Municipal de Habitação.
- Universalização do acesso à habitação de qualidade para todas as famílias.
- Pela legalização das ocupações e a criação de toda a infraestrutura necessária de saúde, educação, saneamento, mobilidade e lazer.
- Combate às Remoções por especulação imobiliária.
- Garantia de que as remoções de área de risco assegurem o reassentamento com infraestrutura urbana e moradia digna inserida em malha urbana.
- Construção das moradias a partir dos projetos arquitetônicos propostos pelos próprios trabalhadores das ocupações, seguindo a proposta dos mutirões de Autoconstruções e Autogestão.
- Destinação das terras públicas para habitação de interesse social (famílias com rendas abaixo de um salário mínimo do DIEESE).
- Combate à especulação imobiliária, pela aplicação da função social da propriedade.
- Revisão do zoneamento da cidade.
- Taxação progressiva dos impostos sobre a propriedade.
- Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infraestrutura com uma política de geração de emprego e renda.
- Envolvimento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação do plano de reforma urbana, com o redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano.

4.2. SAÚDE: CONSTRUIR E GARANTIR OS DIREITOS A UMA VIDA SAUDÁVEL

É preciso lutar, porque saúde não se vende, louco não se prende: quem tá doente é o sistema social.

O surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma grande vitória popular e trouxe mudanças significativas nas políticas de acesso à saúde no Brasil. Entretanto, seus princípios e diretrizes vêm sofrendo inúmeros ataques, comprometendo premissas importantes como o seu caráter público e universal. Medidas privatizantes são apresentadas em diversas cidades do país e em Belo Horizonte não é diferente, pois a atual gestão municipal introduziu a Parceria Público Privada - PPP - na saúde. Entendemos que essa iniciativa é pautada pela lógica mercantil e do lucro, numa clara inversão da concepção original de saúde do SUS.

Os serviços de saúde em BH estão organizados de forma semelhante à maioria dos municípios brasileiros; existem as Equipes de Saúde da Família (567 completas de um total de 583 credenciadas), as Unidades de Pronto Atendimento, as Policlínicas, e os serviços de maior complexidade. Pelas carências observadas e reivindicações da população, esse modelo é insuficiente para um atendimento com dignidade. Por isso, todos os dias surgem reclamações, denúncias e críticas centradas nas filas, na falta de profissionais, medicamentos, etc. Na imensa maioria dos casos as reclamações são justas, pois os governantes não conferem prioridade às políticas sociais. Às reclamações, juntam-se as denúncias de corrupção envolvendo os recursos destinados à saúde, principalmente nas compras de insumos, equipamentos e medicamentos.

Tornou-se rotina, também, a substituição do trabalho concreto, o uso abusivo de propagandas sobre projetos, programas e realizações que são verdadeiras obras de ficção. Veja a política de medicamentos: os programas “Farmácia Popular”, “Aqui tem Farmácia Popular” e “Saúde não tem preço”. Segundo pesquisas, eles são bem avaliados pela população, mas sua localização distancia os usuários das unidades básicas de saúde, tornando superficial e inadequado o acompanhamento dos mesmos. Além disso, ao negar a assistência farmacêutica pública os governantes novamente reiteram o desrespeito aos

fundamentos básicos do SUS.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União, os medicamentos subsidiados por esses programas apresentam custo até 2.500% superior em relação àqueles dispensados pelas farmácias públicas. Desta forma, é mantido o lucro dos proprietários de farmácias, são abertos novos espaços para a corrupção e a população fica submetida a orientações enviesadas e não enfocadas em sua saúde.

Agrega-se ainda a necessidade de toda a rede municipal de saúde adotar a farmacovigilância, para serem monitorados os eventos adversos associados ao uso de medicamentos, buscando a drástica redução de morbidade e mortalidade por esta causa.

Outro dado importante é a modalidade do financiamento do SUS, baseada em programas, o que na prática restringe a capacidade de os municípios criarem meios mais flexíveis e eficientes de atendimento da sua população, pois os recursos são transferidos especificamente para um ou outro programa.

Em época de eleições aparecem as promessas de soluções mágicas que recheiam as propagandas eleitorais. Promessas estas simplesmente não cumpridas ou, quando levadas a cabo, sempre ineficazes. Nós do PSOL e PCB, entendemos que não é preciso reinventar a roda. É possível e necessário alcançar qualidade, aplicando os princípios e diretrizes do SUS e resgatando os ideais do movimento da Reforma Sanitária. É preciso equacionar o financiamento, investir em pessoal, organizar o sistema e ampliar o controle social. Além disso, é necessária uma política de recursos humanos que valorize o trabalhador e trabalhadora da saúde, com concursos públicos, piso salarial e melhores condições de trabalho. É preciso afirmar o controle social do SUS, como por exemplo, na efetivação das deliberações das Conferências e Conselho Municipal que defendam a saúde pública e estatal.

4.2.1. Pela consolidação e ampliação da rede de saúde mental de Belo Horizonte. Por uma Belo Horizonte sem manicômios.

Belo Horizonte tornou-se nos últimos anos uma referência em rede de saúde mental substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Tem realizado o fechamento de leitos em hospitais

psiquiátricos conveniados ao SUS e devolvido aos cidadãos internados há 20, 30 anos o direito de terem uma casa, de circularem pela cidade, o direito à vida. Construíram-se serviços potentes de resposta à crise (CERSAM's) e de inserção social (Centros de Convivência) e tem, junto aos movimentos sociais da Luta Antimanicomial, realizado efetivo diálogo com a sociedade belo-horizontina de respeito às diferenças e modos de viver e experienciar a vida.

Há, contudo, assim como nos demais serviços de saúde da cidade, intensa precarização do trabalho, com a necessidade de se ampliar essa rede, nomear candidatos aprovados em concurso público, e aprofundar políticas de inserção social. Os movimentos sociais da Luta Antimanicomial têm sido protagonistas da luta contra as novas formas de encarceramento a partir das políticas conservadoras de retorno dos hospitais psiquiátricos.

4.2.2 - Por uma política de atenção aos usuários de álcool e outras drogas que respeite os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

O uso abusivo de drogas ilícitas, sempre em foco na mídia, tem gerado diversas polêmicas na sociedade. A atual política focalizada nos dependentes de substâncias psicoativas é pautada pelo discurso de "guerra às drogas" ou "enfrentamento ao crack", sabidamente ineficazes quanto à diminuição do uso de tais substâncias. Torna-se claro, portanto, que essas medidas estão associadas à estratégia de genocídio da população negra, e em escala menor à "higienização" dos espaços públicos para os grandes eventos esportivos que ocorreram na cidade.

Entendemos que o uso e abuso de álcool e outras drogas devem ser tratados como uma questão social e de saúde pública e não como uma questão de polícia ou judicial. Dessa forma, as políticas públicas voltadas às pessoas com sofrimento causado pelo álcool e/ou outras drogas devem partir de ações que afirmem a socialização humana, a retomada dos laços afetivos e familiares, à reinserção em atividades de trabalho, cultura e lazer, com respeito às diferenças, e não com medidas proibicionistas, de isolamento e emprisonamento. Consideramos, pois, que Belo Horizonte não deve se furtar ao debate profundo e exaustivo em torno da descriminalização das drogas.

Para isso é necessário que todas as políticas sejam pautadas nos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica, refutando-se medidas como o financiamento público para “comunidades terapêuticas” fundadas no confinamento, no doutrinamento religioso, na disciplina e nos trabalhos forçados como forma de tratamento. A internação involuntária é uma das faces mais perversas desse processo e grave desrespeito aos direitos humanos.

Neste sentido, propomos intervenções que desenvolvam uma rede intersetorial de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, fundamentadas na estratégia de **Redução de Danos** e na ampliação da rede de **CERSAM's ad** (Centros de Referência em Saúde Mental - Álcool e Drogas), bem como de **Consultórios de Rua** constituídos por equipes multiprofissionais de saúde que promovem cuidados no contexto social da população moradora de rua. Têm como um de seus objetivos diminuir a lacuna entre os serviços de saúde e as pessoas excluídas socialmente.

Eixos e propostas:

- Responsabilidade do município pela construção do SUS como sistema público, universal, integral, com equidade e controle social.
- Fortalecimento do SUS, com o objetivo de torná-lo 100% estatal.
- Participação na luta pelos 10% do PIB para saúde pública.
- Auditoria e suspensão de todas as PPPs – Parcerias Público Privadas, pois as mesmas têm como objetivo a privatização da saúde.
- Participação popular e extinção dos modelos burocráticos e verticalizados nos serviços de saúde.
- Rompimento com o modelo médico centralizado na doença e construção de políticas que incluam mais que prevenção da doença a promoção da saúde, e que considerem a determinação psicossomática, ambiental e socioeconômica da doença.
- Fortalecimento, organização e prioridade à gestão do SUS em Belo Horizonte, para a melhoria de seu desempenho e acolhimento da população do estado que vem à cidade para ter acesso a serviços mais adequados.

- Ampliação da rede de Centros de Referência em Saúde Mental – CERSAM’s. É necessário a abertura desses serviços nas regionais onde eles ainda não existem (centro-sul e norte), aliviando a demanda dos outros serviços.
- Expansão da rede de Centros de Referência em Saúde Mental infantil – CERSAMi. Hoje, a maior parte das pessoas que precisam deste serviço ainda é atendida no CEPAI (Hospital Psiquiátrico Infantil)
- Ampliação da rede de Centros de Referência em Saúde Mental Álcool e outras drogas – CERSAMad para todas as regionais da cidade.
- Ampliação da rede de Consultórios de Rua para todas as regionais da cidade.
- Abertura de Casas de Acolhimento Transitório para usuários de álcool e outras drogas que necessitem de um espaço protegido para a reestruturação de suas vidas.
- Continuidade ao trabalho de desinstitucionalização e abertura de Serviços Residenciais Terapêuticos.
- Rejeição à internação involuntária e ao financiamento público das comunidades terapêuticas.
- Implementação e acompanhamento da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra na rede hospitalar da cidade.
- Política de saúde para as mulheres em situação de violência, com implantação de serviços específicos para atendimento às vítimas de violência e suas famílias, inclusive para aquelas em situação de encarceramento.
- Implementação e acompanhamento da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Homens LGBTs na rede hospitalar da cidade.
- Apoio à Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde em sua luta para “legitimar as lideranças de terreiros como detentores de saberes e poderes para exigir das autoridades locais um atendimento de qualidade, onde a cultura do terreiro seja reconhecida e respeitada; * estabelecer um canal de integração e intercâmbio de saberes entre os adeptos da tradição religiosa de matriz africana, os gestores, profissionais de

saúde e conselheiros de saúde. ”

(Fonte: <http://renafrosauade.com.br/quem-somos/>)

- Assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao parto, ao puerpério, e ao aborto, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras.
- Ampliação dos serviços e promoção da assistência qualificada e humanizada nos casos de abortamento inseguro e de aborto legal.

4.3. LAZER E ESPORTES

Em primeiro lugar, qualquer análise e proposição de políticas públicas de esporte e lazer não podem perder de vista o contexto político e econômico em que são realizadas, bem como os interesses e projetos de poder dos seus agentes públicos e/ou privados. Dito de outro modo, a realização de políticas públicas de esporte e lazer referenciadas em interesses democraticamente construídos comumente esbarra em limites como redução de investimentos, insuficiência da contratação de funcionários públicos, corrupção, terceirizações e privatizações, dentre outros. O que têm condenado e atrelado as políticas de lazer, esporte e práticas corporais aos interesses de poucos, parcela privilegiada da sociedade.

As gestões dos esportes padecem do pressuposto da cultura esportiva como garantia de privilégios fiscais às modalidades de maior alcance midiático. Esse modo restrito de lazer e esporte cria uma expectativa de apropriação e acesso passivos da cultura esportiva dita genuinamente nacional: a busca por satisfação imediata, o prazer individual, a alienação e o não- desenvolvimento de autonomia criativa.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte – SMEL - nunca teve uma política coerente, bem estruturada e torna-se cada vez mais uma moeda de troca para a construção de alianças para captar recursos para as eleições. A Secretaria é repassada então a aliados que não têm projetos, ou pior, que têm apenas um objetivo: se fortalecerem eleitoralmente valendo-se do apelo popular e da capilaridade que a pasta dispõe.

A SMEL vem, ao longo dos tempos, dando ênfase à construção de grandes eventos esporádicos com fim em si mesmos. A priorização da construção/reforma de

estádios e a “caça” de novos atletas visando a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas são exemplos desse modelo, numa política clara de inversão das necessidades do povo belo-horizontino.

A rede municipal de equipamentos (quadras, campos de futebol, pistas, parques, etc.) e unidades de lazer e de esporte administradas pela SMEL são uma incógnita. Não existem dados oficiais precisos e disponíveis. As políticas e estruturas estão isoladas dos outros setores e se concentram no atendimento de jovens. A distribuição geográfica dos equipamentos e unidades públicas é muito desigual, punindo as regiões mais afastadas do centro da capital.

Esse modelo de política, no qual se priorizam parcerias público-privadas, os equipamentos e recursos são destinados a parcerias com ONGs sem avaliação das reais necessidades das comunidades e da cidade. Sem contar com a precarização dos equipamentos públicos, muitos totalmente sucateados.

De maneira geral, há um reforço do caráter idealista e despolitizado dos fenômenos sociais, que ressalta o mito utilitarista de que o esporte reduz a violência, afasta das drogas, promove saúde e serve de trampolim social. É necessário contrapor também a conceituação idealista de lazer, que entende o lazer como ocupação do tempo livre. Afinal, sob a imposição de poucos, tempo de lazer se tornou um tempo de consumo.

Lazer e esporte de um grupo social qualquer são condicionados pela forma de produção e reprodução material e simbólica da sua existência. Por isso, não é difícil perceber que políticas públicas que aumentem o salário e seu poder de compra, a diminuição da jornada de trabalho, melhorias no sistema de transporte (redução do tempo de ir e vir), alimentação, habitação, saúde e educação têm um efeito direto sobre a cultura corporal, o que se traduz em saúde e em alegria de viver.

Entendemos que pensar em políticas sólidas e consequentes que avancem no sentido de oferecer variadas práticas corporais para toda a população de Belo Horizonte exige compromisso com propostas de universalização das políticas, de financiamento público, de organização de um sistema integrado e de gestão participativa, com a

inversão das atuais prioridades. Uma Belo Horizonte que consiga oferecer variadas práticas corporais para a maioria de seu povo.

Eixos e propostas:

- Democratização do lazer e do esporte na cidade, enfrentando os pontos de estrangulamento econômico para as políticas sociais no município.
- Cancelamento da privatização (ou das concessões de estruturas públicas de lazer e esporte e da terceirização da gestão e da contratação de pessoal, no sentido oposto à mercantilização da cultura corporal, que existe atualmente.
- Eleição direta dos/das representantes ao Conselho Municipal de Esportes, e garantia de participação dos diversos setores e interesses que permeiam as questões relativas às políticas públicas de esporte e lazer.
- Construção de uma política universal para o lazer e o esporte na cidade, integrada a outras políticas sociais, e que ocupe e que ressignifique os espaços públicos.
- Definição de um percentual mínimo do Orçamento do Município para as políticas de lazer e de esporte, com ampliação progressiva do orçamento, e que a aplicação dos recursos seja descentralizada.
- Organização e sistematização dos dados e informações por regionais: equipamentos, unidades esportivas, número e ocupação das vagas, professoras e professores, educadores/as e integração dos dados com outras secretarias.
- Elaboração do Plano Municipal de Lazer e Esporte que contemple os espaços públicos e sua utilização, manutenção, ampliação e qualificação de trabalhadores e trabalhadoras.
- A construção de equipamentos e unidades esportivas deve seguir a demanda e a localização definidas pelos moradores e moradoras. Como referência mínima, deveriam existir 10 (dez) equipamentos por regional.
- Os espaços públicos centrais devem estar livres para prática de hip-hop, capoeira, street-ball, pistas para skate, bicicleta e patinação, além da oferta de unidades específicas com funcionamento 24 horas.
- Integração dos espaços esportivos às estruturas de educação, saúde, turismo e cultura:

bibliotecas, parques, praças, escolas, laboratórios de informática, e unidades básicas de saúde Etc.

- Realização de eventos, oficinas, encontros e torneios de forma a privilegiar a participação da comunidade. Apoio material, técnico e financeiro para iniciativas populares e tradicionais.
- Incentivo aos cursos de educação física para favorecer uma formação voltada para os serviços públicos, escolas da rede e SUS.
- Discussão dos atos profissionais privativos da educação física que através de reserva de mercado impossibilitam que mestres de artes marciais e de capoeira, artistas, dançarinos/nas e atletas exerçam livremente seu trabalho.
- Valorização das professoras e dos professores de educação física e educadores. As ações educativas no interior dos centros esportivos, clubes da comunidade, clubes da cidade, UBS, centros culturais, e praças devem ser realizadas por profissionais concursados, com regime de trabalho estável e plano de carreira, a partir de projetos coletivos adequados a cada realidade.

4.4. MEIO AMBIENTE: POR UMA REFORMA URBANA ECOSSOCIALISTA

As questões ambientais vêm ocupando cada vez mais espaços, tanto que poucos de nós percebemos que palavras e expressões como “ecossistema” e “impacto ambiental”, até pouco tempo atrás, eram de uso exclusivo de pesquisadores, técnicos e militantes da área. Além da inserção na mídia, é cada vez mais comum sua presença nas agendas dos partidos, organizações e movimentos. Em muito contribuiu a divulgação dos relatórios do IPCC (sigla em inglês de Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que colocou a atividade humana como principal responsável pelas mudanças climáticas.

O espaço geográfico escolhido para a construção da cidade de Belo Horizonte, no fim do século XIX, era marcado pela diversidade ecológica, exibindo no encontro da paisagem montanhosa do quadrilátero ferrífero com a bacia sedimentar que caracteriza a região de Lagoa Santa, o encontro das Minas com os Gerais. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, crescendo ao ritmo de uma desenfreada produção do

espaço a cidade é refém dos interesses econômicos como os das empreiteiras que controlam o poder político, impõem, mandam e desmandam.

A mentalidade da “eficiência empresarial” tem ganhado vigor nas últimas administrações. Por meio de intensa publicidade articulada a modelos antiquados, a população viu seus espaços naturais serem concretados, como ocorreu com o curso do Ribeirão Arrudas, um dos principais da cidade. A intervenção humana drástica nesses espaços, sem a prévia discussão sobre seus impactos, faz com que a população fique à mercê dos impactos de uma natureza desbalanceada, demonstrados nas enchentes dos meses de verão ou no calor da região Centro-Sul, cuja circulação natural de ar foi bloqueada pela verticalização do Belvedere. Este processo ameaça constantemente a região da Pampulha, destrói sua paisagem e complica ainda mais a rede de esgotos da região.

A Serra do Curral, símbolo de BH, com centenas de nascentes e vertentes naturais, sofre ataques constantes, com a conivência dos governos estadual e municipal. A cidade está entregue à arquitetura do concreto e à sanha mineradora predatória e inconsequente. O mundo natural não pode ser arrasado prejudicando mais de 2 milhões de belo-horizontinos, sacrificados no altar daqueles empreendimentos ecocidas.

A expansão descontrolada das cidades, a privatização dos serviços públicos e a especulação imobiliária, levaram à degradação do solo urbano e à eliminação das áreas verdes. A utilização das “áreas nobres” em empreendimentos comerciais afastou as pessoas do centro da cidade, aumentando o tempo gasto no transporte. A opção pelo transporte individual, em detrimento do transporte coletivo, aumentou a dispersão dos gases do efeito estufa, além do estresse provocado pelos engarrafamentos.

Há, entretanto, possibilidade de reversão desse processo como demonstraram várias cidades do mundo. Londres e Paris, por exemplo, despoluíram e “destamparam” rios e córregos, observando a legislação sobre áreas de preservação permanente e ampliando as áreas de parques ecológicos.

Por isso, é necessária uma Reforma Urbana Ecológica tão radical quanto a Reforma Agrária Ecológica defendida pelos movimentos sociais. Uma Reforma Urbana

que inverta prioridades e garanta a participação popular nas decisões e no controle dos projetos, mas que também incorpore uma perspectiva ecológica no Plano Diretor. Devolver a cidade a seu povo, garantindo total acesso aos espaços e serviços públicos, à cultura, à moradia, à educação, à saúde, ao trabalho, ao transporte e ao lazer, em uma relação sustentável com a natureza.

A seguir, alguns eixos e propostas para uma reforma urbana ecossocialista para Belo Horizonte:

- Eleição direta dos/das representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Proibição de construção de hotéis e de verticalização do entorno da Lagoa da Pampulha.
- Elaboração de metas de redução de emissão dos gases do efeito estufa.
- Substituição do diesel pelo álcool e o gás nos ônibus e na frota oficial.
- Adoção de medidas que diminuam o número de veículos poluentes nas ruas.
- Universalização do acesso à água, que deve ser oferecida pelo estado, com gestão pública e controle social.
- Prioridade ao abastecimento doméstico em relação ao uso industrial.
- Uso social da água, com aumento da tarifa das grandes indústrias, e usando os recursos arrecadados na recuperação das bacias de origem.
- Despoluição dos córregos e nascentes e, se possível, criar matas ciliares ao redor dos cursos d'água, como eficaz combate às inundações, e para propiciar lazer e qualidade de vida ao povo belo-horizontino.
- Utilização do biogás nos aterros sanitários.
- Apoio às associações e cooperativas dos catadores e das catadoras de material reciclável, em atendimento a suas demandas.
- Reciclagem do entulho da construção civil, utilizando-o em programas de habitação popular.
- Implantação de compostagem dos resíduos orgânicos em alternativa aos lixões.
- Criação de mecanismos tributários de incentivo a indústrias limpas e maior tributação de práticas poluidoras;
- Integração do trabalho da vigilância sanitária com os órgãos de defesa da saúde dos/as

trabalhadores/as, visando diminuir os impactos de manuseio ou contato com substâncias tóxicas, irradiações, ruídos e temperaturas que afetem sua saúde.

- Alteração da organização do regime e das condições de trabalho, em busca de ambientes de trabalho menos estressantes e de atividades menos repetitivas.
- Garantia do direito à moradia digna, com água potável e tratamento de esgotos, em locais seguros que não ameacem as reservas ambientais.
- Regularização da posse da terra nas ocupações, preservando mananciais e áreas de preservação.
- Recuperação das áreas “abandonadas” da cidade, destinando-as a projetos de habitação popular social e ambientalmente sustentadas.
- Elaboração de Planos Diretores Ecológicos, que levem em conta o uso social do solo urbano e o conceito de pegada ecológica, ou seja a quantidade de terra e água necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em vista todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população.

4.5. SEGURANÇA: MAIS POLÍTICAS SOCIAIS E MENOS REPRESSÃO

O tema da segurança pública aparece como uma das maiores preocupações do povo brasileiro. E motivos não faltam: a polícia militar do Brasil é a mais letal do mundo. No Rio de Janeiro, um dos casos mais emblemáticos do país, em 2015 foram assassinadas 1 202 pessoas. Enquanto isso, no mesmo período, em Chicago, que é a cidade mais violenta nos Estados Unidos, 470 pessoas foram mortas. Ainda tendo como referência o Rio de Janeiro, em um único final de semana foram assassinadas 27 pessoas! Todos eram homens e dentre eles 24 eram negros!! Quem faz essas denúncias não são as difamadas organizações de direitos humanos, mas a insuspeitíssima Revista Veja (edição 2486).

A Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade tem compromisso com uma segurança pública construída a partir de debates democráticos com os vários segmentos do povo de Belo Horizonte, sobretudo das vilas e favelas que têm sido os alvos privilegiados da ação do estado repressor, as organizações de direitos humanos, os

movimentos sociais, sobretudo da juventude negra e favelada, as escolas públicas e os centros culturais, os centros de estudo sobre violência das universidades, a OAB, o Sindicatos dos Jornalistas, bem como os/as funcionários/as públicos/as cuja atribuição constitucional é proteger a sociedade, ou seja, as polícias militar e civil, suas academias e sindicatos. Integra-se aos debates para a construção de políticas democráticas de segurança pública a guarda municipal criada em 2003.

Para a maior eficácia destas políticas, um interlocutor indispensável é a mídia. Tabloides diários e programas de rádio e de televisão que exploram esse tema sob o ponto de vista da repressão pura e simples, na base do “bandido bom é bandido morto”, e na desqualificação dos direitos humanos, têm grande audiência popular, inclusive na caserna.

Não surpreende, portanto, que o tema da segurança pública ocupe grande parte dos debates nos períodos eleitorais. No geral, uma parcela das candidatas e dos candidatos fala que é preciso desenvolver políticas sociais e outros meios para conter o ingresso, principalmente dos jovens do sexo masculino, no mundo das drogas e do crime violento. No entanto, a maioria das propostas centra em medidas repressivas e no aumento do efetivo policial na cidade. A ineficácia das medidas repressivas está mais do que comprovada em estudos científicos sobre o tema, que felizmente foi adotado pela academia. Nos últimos anos, reforçaram os instrumentos coercitivos e as estatísticas mostram que algumas modalidades de crimes vêm aumentando. A situação de Belo Horizonte não é diferente: num passado recente foi criada a Guarda Municipal, mas há denúncias de que ela também atua de forma repressiva e autoritária.

Para desenvolver uma nova concepção de segurança pública, além da participação na definição das políticas, como se falou anteriormente, nosso governo irá se debruçar na construção de espaços coletivos para executar ações capazes de inibir a violência, e, de forma colaborativa, convidar os governos estadual e federal para desenvolverem políticas solidárias de segurança.

Julgamos importante atuar para a criação de uma nova identidade institucional da Guarda Municipal, diferente do modelo atual que reproduz práticas ultrapassadas e

conservadoras da polícia militar e do exército. Ou seja, para além das retóricas das gestões municipais sobre adesão a modelos preventivos de segurança cidadã, na prática, a Guarda Municipal de Belo Horizonte está sendo estruturada tendo como referência um modelo considerado falido que é a militarização das ações de proteção.

No lugar de armas, equipamentos e “parafernálias” direcionados à transformação anacrônica da Guarda Municipal em uma “Polícia Militar Municipal”, manteremos a Guarda Municipal desarmada e investiremos em formação de quadros de base para atuar como agentes de mediação de conflitos em parceria com redes sociais protetivas do povo e dos estabelecimentos públicos. A metodologia a ser adotada irá combinar ações de cunho universalista com trabalho por projetos, de forma transversalizada e multisetorial, que permitam a formação de equipes da Guarda Municipal. Para isso, a humanização das relações no âmbito interno e a valorização dos recursos humanos seriam pontos importantes da reformulação do modelo.

Uma decisão inicial da Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade será mudar a direção da Guarda Municipal que passaria do atual regime de comando militar para uma direção colegiada definida pelos conselhos populares, a administração municipal e os/as trabalhadores/as da Guarda Municipal.

Defendemos também a formação dos Conselhos de Vizinhança contra a violência doméstica e pública, pois acreditamos ser capazes de construir uma sociedade dotada de autoridade moral e política para minimizar sensivelmente os crimes de maior violência, como o latrocínio e o estupro.

Acreditamos, portanto, que a melhor forma de combate à criminalidade é a utilização democrática e permanente da cidade, a partir da ocupação das ruas e praças – que serão usadas como espaços de convivência, e não apenas de passagem - e do investimento em apresentações artísticas, ações socioculturais e educativas, obras de infraestrutura urbana como aumento dos becos e iluminação. A cidade, por seu caráter múltiplo, plural, e potencialmente democrático, não pode existir somente para suas camadas privilegiadas. Deve ser de todas as pessoas que nela habitam. Queremos morros não militarizados, jovens negros que não sejam assassinados pelos chamados “autos de resistência”, ou vítimas de dívidas ou brigas por pontos de narcotráfico. Queremos

mulheres não estupradas em seu direito de ir e vir, a descriminalização das drogas, e que policiais não sejam mortos pela violência. Temos certeza de que é possível criar uma Belo Horizonte em que todos e todas possam desfrutar de sentimentos de integração, segurança mútua e felicidade.

4.6. PROTEÇÃO SOCIAL

As políticas sociais expressam conflitos e contradições decorrentes do processo de acumulação/ da desigualdade estrutural e as respostas são desenhadas no âmbito do Estado para o atendimento das necessidades sociais geradas. Estas respostas atendem a interesses diversos que não são neutros nem igualitários, de grupos e classes sociais, na medida em que o Estado é uma arena de conflitos com relações de forças assimétricas e desiguais, de disputa pela riqueza socialmente produzida.

A eliminação da pobreza e das desigualdades sociais pressupõe o fim da sociedade capitalista, que se baseia na produção coletiva da riqueza e na sua apropriação privada. É preciso socializar riqueza para romper com a desigualdade.

As transformações atuais da sociedade brasileira, caracterizada pelo predomínio de políticas neoliberais, geram um processo de regressão de direitos sociais e o desenvolvimento de práticas conservadoras para intervir nas expressões da questão social, alcançando os sistemas de proteção social e as políticas sociais, com a erosão deste sistema público de proteção social, as restrições com os gastos públicos e a sua privatização.

Eliminam-se direitos e grande parte das conquistas alcançadas pelo mundo do trabalho. As maiorias sociais convivem diretamente com a política da escassez e com a violação de direitos, sem acesso a trabalho, saúde, lazer, alimentação, educação de qualidade, tornando-se obstáculo para o desenvolvimento real dos indivíduos. Intensificam-se os níveis de exploração e desigualdades.

Diante do quadro de desigualdade social, como uma das particularidades no processo de desenvolvimento brasileiro ao longo de sua história; da perversa concentração e centralização de capital, com repartição e apropriação desigual da riqueza socialmente

produzida, entre capital e trabalho; da desmobilização dos movimentos sociais com a sua integração no aparato estatal; e da expansão do desemprego e do trabalho precarizado, um novo tratamento e respostas são dados às sequelas da questão social, como tarefa da sociedade ou de uma ação estatal tímida, conciliando Estado e terceiro setor. Há uma redução das responsabilidades do Estado em torno da questão social, com ampla privatização dos serviços sociais, graças ao desmonte das políticas públicas de caráter universal, em nome dos interesses do grande capital financeiro.

Em decorrência das reformas estruturais no redimensionamento das responsabilidades do Estado, privatizam-se alguns serviços sociais para acumulação do capital e outros permanecem sob responsabilidade do Estado voltado para os setores mais pobres da sociedade que passam a ser alvos de programas seletivos de combate à pobreza e de ações filantrópicas ou do sistema penal, como recurso “moderno” para o controle da pobreza, sem apontar para soluções reais dos problemas vivenciados pela população.

As políticas sociais caminham para a seletividade e compensação, situadas no limite da sobrevivência e direcionada aos mais pobres dos pobres, fora da ótica dos direitos e da cidadania, porque o acesso a elas não se dá pela condição de cidadania, mas pela lógica do excluído, da exclusão social.

A pauperização passa a ser tratada como uma questão de assistência, transformando-se na principal política de enfrentamento à desigualdade social, ao mesmo tempo em que avança a privatização e mercantilização das políticas de saúde e previdência social, minando a concepção universal de proteção social, através da articulação das respectivas políticas, que juntas formam o tripé da seguridade social. Estamos diante da assistencialização da proteção social e do retrocesso dos campos dos direitos conquistados na saúde e previdência.

É inegável a importância da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social e do alcance do estatuto de política social pública, enquanto responsabilidade estatal, compondo a tríade da Seguridade Social, construindo-se a partir de um Sistema Único de Assistência Social, enquanto possibilidade de superar a cultura assistencialista, a caridade, o favor, o mando, o apadrinhamento e o primeiro-damismo.

É importante deixar claro que a Assistência Social não é capaz de universalizar proteção social, enfrentar pobreza e desigualdades. Ela é apenas uma das dimensões da proteção social, que só se universaliza com saúde, educação, trabalho, habitação, etc.

No atual cenário, há um aumento significativo da demanda por assistência social expandindo-se os programas de transferência de renda, em face da privatização da saúde e previdência social, minando a concepção de universalidade da proteção social, num cenário de consolidação da agenda neoliberal e das contrarreformas com a descaracterização dos direitos constitucionais.

Mas, as tendências atuais perceptíveis na sua implementação revelam que a Política de Assistência Social se tornou centro na administração das desigualdades sociais, com a expansão de políticas compensatórias, de caráter seletivo e fragmentado, além de não ter rompido com a lógica da tutela e não ter provocado o protagonismo e emancipação dos usuários das políticas. E mais recentemente, com o forjar de um golpe contra o governo Dilma, os avanços realizados na tentativa de organizar a dimensão da Assistência Social para a proteção social devem sofrer ataques sem deixar que o processo que já apontamos a cima se aprofunde. Desta maneira, é necessário que forjemos a resistência a partir da classe trabalhadora que utiliza a Política de Assistência Social e a que a faz funcionar.

Em Belo Horizonte, o processo de privatização que desmantela a proteção social busca avançar também sobre a Assistência Social. Em 2015, foi apresentado um projeto de lei elaborado pela PBH que objetiva criar uma entidade chamada Serviço Social Autônomo (SSA) com a finalidade de terceirizar serviços públicos. Este projeto encontrou forte recusa dos servidores da Educação e da Assistência Social que bravamente resistiram à aprovação em primeiro turno na Câmara num dia de domingo entre o Natal e o Ano Novo. O projeto segue em discussão na Câmara, não obstante a carência de cobertura de equipamentos de Centro de Referência de Assistência Social e a oferta de Serviços relacionados à proteção Social Básica; a baixa cobertura de Centros de Referência Especializado em Assistência Social para População de Rua; a precarização da oferta do Serviço de Abordagem Social; a cruel concentração de casas de passagem para adultos e quase inexistência desta oferta para mulheres. Esta situação precisa ser revertida a partir de aumento do financiamento combinado com garantia de ampla participação social para

definição de prioridades. O controle social necessita ser reeditado em conjunto com trabalhadores e usuários.

Eixos e propostas:

- Ampliação dos direitos com qualidade e investimento público nas políticas sociais para conformar um sistema amplo de proteção social pública no município;
- Fim do modelo de gestão por organizações sociais (OS) e extinção de fundações privadas de direito estatal na gestão pública;
- Expansão de investimento público na área social e combate das políticas focalistas, descontínuas, fragmentadas.
- Primazia do Estado na condução e financiamento das políticas sociais públicas;
- Implementar políticas sociais que garantam os direitos sociais, na perspectiva da distribuição da riqueza, da renda e da construção de uma cultura política democrática;
- Realização de concurso público para os profissionais que atuam frente às políticas sociais de Belo Horizonte, com salários dignos e boas condições de trabalho. Fim das terceirizações!
- Política de educação permanente para as(os) trabalhadoras(es) das políticas sociais;
- Estimular a intersetorialidade entre as políticas sociais;
- Estimular a capacitação de conselheiros para o redimensionamento de suas competências na garantia de direitos;
- Fortalecer os espaços de participação social e controle social;
- Investir em uma política econômica que vise à ampliação de empregos estáveis, aumento da renda;
- Defesa de referendos e plebiscitos para as grandes decisões da cidade que irão influenciar na qualidade de vida das pessoas.

5. SABER

5.1. EDUCAÇÃO

A escola pública é um espaço importante da vida da comunidade e deve ter resgatado o seu papel formador e mobilizador dos anseios populares. Por isso, é

fundamental recolocarmos o debate do acesso ao conhecimento socialmente acumulado como um direito fundamental da população e um dever do estado. Isso exige a ampliação de vagas na educação infantil, e a construção de uma política de formação de jovens e adultos com garantia de acesso ao ensino médio. Temos, porém, observado questões graves na política educacional consolidada pelo atual governo.

A primeira delas é a não realização de investimentos sólidos nas áreas sociais, com medidas de arrocho salarial e retirada de direitos trabalhistas. Para ilustrar essa política, vejamos o caso da expansão da educação infantil. Essa expansão coincidiu com um período de crescimento econômico e de ampliação das receitas do município, mas a opção política tomada foi de provocar uma divisão da carreira docente e propor um salário muito baixo para as educadoras infantis.

A segunda questão refere-se à gestão do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e dos 30% para a educação, com ausência de transparência e com uma administração centralizada pelos órgãos financeiros da PBH, que não investem o percentual estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A terceira compreende o processo de terceirização da educação municipal através das parcerias público-privadas para construção e manutenção dos prédios escolares e a tentativa de privatização das escolas públicas através da criação do Serviço Social Autônomo, projeto em debate na Câmara Municipal, além da terceirização e precarização crescente das relações de trabalho de um grande contingente de profissionais através de diversos projetos tais como a Escola Integrada.

A quarta questão envolve medidas e ações orientadas para alijar todo envolvimento, compromisso e experiência do professorado, para dar lugar a uma concepção de docência que seja “eficiente”, ou seja que garanta as notas dos/as estudantes para a boa avaliação da escola. Isso tem provocado uma ruptura com a concepção do que seja uma boa prática pedagógica, no sentido de atender as necessidades cognitivas, e psicoafetivas dos/as estudantes. Ela combina outras medidas tais como o impedimento da organização sindical e comunitária escolar, através de ações de caráter repressivo que perpassam os cursos de formação pedagógica de novos/as servidores/as

realizados pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), o constrangimento à organização profissional, a transferência de profissionais por sua participação nas lutas em defesa da escola pública e a intervenção nas direções escolares.

A educação municipal encontra-se dividida entre aqueles/as que querem manter acessa uma luz sobre a educação e, de outro, os que fazem de tudo para preservar os seus cargos e status no governo municipal.

Urge, portanto, reconstruir os espaços de participação da gestão democrática nas unidades escolares, reconstruir o poder deliberativo das assembleias e dos colegiados escolares como espaços coletivos de definição do projeto pedagógico de cada comunidade escolar, que deve ser articulado a um projeto global de sociedade, a retomada do poder normativo do Conselho Municipal de Educação e das Conferências Municipais de Educação, para que sejam efetivamente espaços públicos de debates e de decisões, e não meras instâncias de instrumentalização da vontade governamental. Exige, ainda, a garantia de transparência de informações do papel fiscalizador do Conselho do FUNDEB para que a população tenha acesso efetivo aos valores dos recursos financeiros investidos na educação municipal.

A administração das escolas de forma democrática inclui também a participação de mães, pais, e/ou responsáveis na educação infantil, e a participação de estudantes nas escolas de ensino fundamental e médio. As recentes ocupações em escolas vêm demonstrando um protagonismo da juventude e uma capacidade de organização antes insuspeitada. Essa resistência galvanizou o apoio de outros segmentos dos movimentos sindicais, sociais e de intelectuais. Uma pesquisa do Instituto da Cidadania revelou que 74% dos jovens acreditam que a escola é fundamental para entender e melhorar a realidade; porém, a educação no Brasil não preenche esta expectativa porque está entre as piores da América do Sul. Os índices de analfabetismo, de analfabetismo funcional e de acesso ao ensino médio e superior colocam o Brasil entre os piores países do mundo.

No ensino médio, o principal problema é a baixa proporção de jovens em idade adequada além da péssima qualidade desse nível de ensino em todo o país. Em 2007, cerca de 82% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentavam algum nível de ensino, mas

apenas 48% estavam no ensino médio.

No âmbito dos países vizinhos, o Brasil não vai bem. Assim, "a taxa de conclusão do ensino médio na América Latina era de 57,5% em 2013, ligeiramente abaixo da taxa divulgada para o Brasil naquele ano, cujo valor foi de 61,7%. Chile (84,2%), Colômbia (69,0%), Equador (64,9%), Peru (82,1%) e Venezuela (72,7%) superaram a taxa brasileira".

Além disso, é no ensino superior que se constatam as maiores desigualdades. Hoje, apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. Destes, mais de 70% estão matriculados em instituições privadas, ou seja, pagando ou tendo que se endividar para poderem estudar.

Essas considerações conduzem à necessidade de se recolocar em pauta o debate sobre um projeto educacional como parte integrante de um projeto de sociedade que tenha como princípio a democratização do estado e das relações sociais e que seja comprometido com os interesses da maioria da população. Em consonância com este projeto, fazemos a defesa da escola pública como responsabilidade do estado no desenvolvimento da educação básica, profissional e tecnológica. Isto porque a educação é um direito social básico e universal, bem como pré-requisito para a superação da histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país e para a superação das discriminações de gênero, raça/etnia, e de orientação sexual. Defendemos uma escola sem censura, diversificada e plural, na qual caiba toda a diversidade humana.

Diante do que foi exposto acima, defendemos os seguintes eixos e propostas:

- A reversão da atual política encaminhada pela SMED que tem desconstruído o histórico de inovação e organização dos coletivos escolares. Para isso é urgente:

- A garantia de tempo coletivo para o debate cotidiano, nas escolas, do fazer pedagógico.
- A valorização profissional, que implica a reconstrução de uma carreira docente unificada.
- A elaboração coletiva, com a participação efetiva de todos os segmentos da

comunidade escolar, de um projeto político pedagógico da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte que tenha como princípios uma escola diversa, plural e com qualidade socialmente referenciada.

- Uma política educacional que atenda às necessidades da população deve garantir:

- Escola em tempo integral para todas as crianças.
- Estímulo à produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, raça e etnia e criação condições efetivas para a implementação da lei 10.639/2003 e da Lei 11.525/2007 na rede municipal de ensino, que determinam a inclusão da história e da cultura dos povos negro e indígena no currículo escolar.
- Desenvolvimento e divulgação de programas permanentes e campanhas educativas junto à comunidade escolar e à população em geral, sobre as temáticas de gênero, de diversidade sexual, geracional, racial e étnica, de pessoas com deficiência, ou seja, em favor dos direitos de todos e todas e pelo enfrentamento a quaisquer formas de violência, discriminação e preconceito.
- Universalização do Programa de Saúde nas Escolas, numa abordagem holística e integral.
- Melhoria da qualidade da alimentação escolar com cardápios diversificados, alimentação integral e livre de transgênicos e substâncias tóxicas que propiciam doenças e condutas de hiperatividade.
- Educação, cultura, esporte e lazer funcionando como um sistema integrado de formação das crianças, dos/das adolescentes, dos/das jovens e das pessoas adultas para a vida e para a cidadania.
- Aumento dos recursos financeiros para a EJA, adoção de material didático adequado e oferta da Educação de Jovens e Adultos nos três turnos, porque há pessoas que trabalham em horários e dias diferenciados e a rede oferece poucas turmas nos turnos da manhã e da tarde, sobretudo nas escolas de periferia.
- Garantia de pessoal para o atendimento adequado para as/os estudantes com deficiência.
- Retorno da contratação dos vigias e dos porteiros demitidos pela PBH e da vigilância

humana em todos os turnos das unidades escolares.

- Participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de educação.
- Prioridade total à erradicação do analfabetismo, por meio de campanhas com esse fim, convocando estudantes e professoras/es para alfabetizar toda a população belo-horizontina em quatro anos, em parceria com os movimentos sociais.
- Ampliação dos recursos orçamentários para a educação com aumento dos percentuais de vinculação obrigatória de 25% para 30% do orçamento.
- Cobrança, junto aos governos estaduais, da universalização do ensino médio.

- Atenção à parte física das escolas:

- Reformas dos prédios escolares que obedecem a estilos arquitetônicos apoiados na estética, na liberdade e no diálogo com o ambiente externo, ou seja, a rua, a comunidade.
- Acessibilidade (rampa de acesso para deficientes físicos, proteção nas sacadas e corrimão em todas as escadas de acesso a outros pisos).
- Prédios bem conservados, ajardinados, limpos, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, com elevadores funcionando, dentre outras características de espaços dignos para as pessoas que neles estudam e trabalham.
- Estímulo à criação de uma cultura de respeito aos bens públicos de forma a manter os equipamentos e o material didático livres do vandalismo, e ao uso consciente e sem desperdício dos materiais.
- Rigorosa higiene nas escolas, sobretudo no que se refere à manutenção dos banheiros com papel higiênico, papel toalha e sabão/sabonete.
- Áreas internas e externas do estabelecimento livres de objetos e equipamentos em desuso.

5.2. ARTE CONTRA A BARBÁRIE: CULTURA, DEMOCRACIA, FESTA E DIREITO À CIDADE

Durante o século XX, principalmente após a década de 70, com a formulação e implementação das reformas neoliberais, a lógica de mercado passou a ser reconhecida

como superior às demais e passou a prevalecer na formulação das políticas e nas parcerias com as organizações sociais. Processo que culminou com as PPP's e as privatizações. Na cultura não é diferente. Verifica-se um processo cada vez maior de transferência das responsabilidades públicas do setor cultural para o setor privado, que começou a guiar a própria lógica da formulação das políticas públicas.

Uma política cultural consistente deve englobar tanto a acessibilidade à produção e à formação de público, mas também a formação de cidadãos e cidadãos culturais. Deve incorporar, ainda, a preservação e manutenção das manifestações espontâneas da cidade, garantindo seu direito de existência sem tentativas de sua institucionalização.

Quando a ampliação do mercado de consumo cultural se torna uma estratégia política, a universalização do direito à cultura sai de cena ocorrendo um empobrecimento radical dessa dimensão, porque não se trata mais da existência social de um povo, mas da ostentação de um modo de vida baseado no consumo.

Nas últimas décadas, a inserção da cultura na lógica mercantil, acabou por reduzir o valor legítimo de um *bem* cultural ao preço, ou seja, é o valor econômico que define o sucesso da indústria cultural. Decorre-se disso, uma censura antecipada: o mercado condiciona os projetos culturais que poderão avançar e os que não.

O que marcou esse processo de forma definitiva foi a criação das Leis de Incentivo à Cultura – federal, estaduais e municipais. A lei de incentivo do município de Belo Horizonte foi instituída em 1993 e dispõe de dois mecanismos fundamentais: o incentivo fiscal e o Fundo de Projetos Culturais. O primeiro é baseado na dedução fiscal do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – para pessoas físicas e jurídicas que apoiarem ou patrocinarem projetos culturais e o segundo é um fundo destinado ao incentivo de projetos culturais cujo volume de recursos é basicamente definido pela dotação orçamentária.

Em relação ao primeiro mecanismo, a questão obviamente problemática é a competência das organizações privadas para executar ações públicas. Este problema está assentado essencialmente na diferença das naturezas do público e do privado, que possuem

obrigações completamente distintas. Em palavras mais claras: o setor privado lida com consumidores e o Estado lida com cidadãos.

Através das Leis de Incentivo Fiscal e suas transformações legais, o estado abandonou a posição de formulador de políticas públicas e se tornou apenas um regulador, permitindo a iniciativa privada determinar as prioridades. Estas prioridades estão fortemente ligadas a dois benefícios óbvios: o fortalecimento da marca – aumento do capital intangível da empresa – e o próprio benefício fiscal.

Em decorrência, a lógica do financiamento cultural passa a ser regida pela possibilidade de retornos financeiros. O investimento privado não é altruísta: o retorno chancela as ações. O que ocorre é que uma série de projetos aprovados não é financiada por não possuírem apelo comercial. Além do mais, as empresas se utilizam desse mecanismo para a abertura de editais espúrios, com total desrespeito ao trabalho dos artistas.

Quando os projetos culturais se tornam apêndices empresariais, não se busca solucionar os problemas da esfera pública, mas cortar o mal pela raiz. Lógica esta que está em total desacordo com a Constituição Cidadã de 1988, a saber: a *descentralização* e a *participação social* na gestão de políticas públicas. Portanto, o incentivo fiscal é um mecanismo perverso e inadequado por excelência, no momento em que transfere recursos públicos para marketing empresarial e permite que as grandes corporações definam as prioridades da política.

O outro lado da Lei de Incentivo, a saber, os Fundos acabam tendo que distribuir as migalhas que lhes são destinadas, pela falta de investimento público no setor (que recebe parcela ínfima do orçamento), a projetos com caráter menos comercial. Portanto, apesar da existência necessária do fundo, este é incapaz de prover financiamento completo para a realização dos projetos aprovados.

Um dos resultados mais perversos da instituição da Lei de Incentivo à Cultura foi cristalizar uma noção de que a política cultural estaria reduzida ao incentivo. Em uma perspectiva contrária, acreditamos que o estado deve tomar para si o papel de formular políticas públicas voltadas para o bem comum, ou seja, incentivar todos os

tipos de manifestações culturais. Deve viabilizar a produção, a divulgação e a apresentação das mesmas, de forma perene e constante – não subordinada à lógica volátil do mercado – além de garantir e preservar qualquer manifestação espontânea de ocupação do território da cidade.

Os conflitos que ocorrem nas políticas públicas de cultura estão enraizados em conflitos sociais, políticos e ideológicos. Verifica-se que a própria esfera pública exclui uma série de segmentos sociais, impedindo-os de influenciar na formulação das políticas. Portanto, a democracia – vetor da cidadania – é o vetor da política que privilegiará os processos, os modos de vida, as subjetividades e as dinâmicas socioculturais que dão sentido mesmo à vida. O problema de uma concepção única de cultura tem, como consequência, a restrição de uma série de atividades criadoras geralmente produzidas pelos segmentos excluídos.

Pelo fato da cultura ser um campo privilegiado para a satisfação não utilitária das pessoas, o debate sobre a cultura e política cultural não pode deixar de se relacionar à própria democracia, como espaço para permeabilidade da esfera pública às diferentes *culturas* presentes na sociedade.

O descaso da última gestão com a questão cultural é notório. A redução significativa de investimentos no setor causou a obsolescência de vários projetos e aparelhos de cultura existentes na cidade, além de reprimir e dificultar a realização de várias manifestações espontâneas. Exemplos são vários: a ausência de um projeto cultural para a cidade que articulasse os diversos aparelhos culturais (museus, parques, bibliotecas, centros culturais e teatros) com programação perene. Citamos também o descaso com a revitalização do Teatro Municipal Francisco Nunes, a tentativa de cancelar o FIT/BH, o sucateamento do CRAV – Centro de Referência Audiovisual –, a paralisação e sucateamento do projeto Arena da Cultura, o atraso na revitalização do Cine Santa Tereza e reforma do Teatro Marília.

Outros exemplos: situação do Lapa Multishow e sua transformação na Casa da Música de Minas Gerais, a realização de um edital autoritário para a Feira de Artesanato da Afonso Pena com total falta de sensibilidade e diálogo com as pessoas que ali

expõem seus trabalhos, a turbulenta constituição do Conselho Municipal de Cultura e os casos de abuso de autoridade e repressão aos conselheiros e às conselheiras de oposição, além de outros. As ações para dificultar a ocupação das ruas e praças pelos Blocos de Carnaval, as batalhas de MCs, os Saraus entre outras manifestações culturais.

O outro lado da gestão nefasta adotada nos últimos anos, que talvez seja a mais problemática, por tornar visceral a lógica mercantil de *cidade-empresa* é a burocratização e o esforço de inviabilizar quaisquer manifestações culturais espontâneas da cidade e até a repressão. A realização de eventos públicos que se propõem a ocupar o “território” sofre uma série de empecilhos burocráticos, desde a dificuldade de obtenção de alvarás, licenças e autorizações até obstáculos impostos autoritariamente durante a própria realização dos mesmos. Há também denúncias sobre a apreensão de material e cobrança de multas exorbitantes para a sua recuperação, além da agressão aos artesãos e às artesãs de rua e artistas de sinal.

Na contramão dessa política, a cidade vive um momento de grande florescimento artístico e cultural, com a mobilização e organização de diversos grupos em prol de uma cidade *de direito*. Na triangulação da cidade como espaço de poder político, econômico e da *feira*, reforçamos o caráter transgressor e emancipatório da *feira* como ocupação plena da territorialidade espacial e simbólica: toda revolução é uma revolução cultural.

Eixos e propostas:

- Criação da Secretaria Municipal de Cultura com a constituição de um corpo técnico competente.
- Realização de um Censo Cultural da cidade com mapeamento dos atores, atrizes, aparelhos e equipamentos de cultura – com diagnóstico e avaliação da área, além do incentivo a debates em torno da produção artística em Belo Horizonte e da criação de uma revista periódica de reflexões.
- Aumento dos recursos orçamentários destinados para a área cultural e principalmente para o Fundo de Projetos Culturais.
- Fim da Lei de Incentivo Fiscal.

- Redução do poder das fundações ligadas à cultura.
- Tomar como eixos das políticas culturais a inclusão, descentralização, internacionalização, o incentivo e a proteção do patrimônio cultural.
- Fortalecimento e democratização do Conselho Municipal de Cultura e seu “empoderamento” como instância consultiva e deliberativa, que possa guiar qualquer política para o setor.
- Revisão do Edital para a Feira e reforço do diálogo dos formuladores e das formuladoras de políticas com os/as feirantes.
- Revitalização dos aparelhos de cultura e criação de um projeto de articulação dos mesmos a ser construído em diálogo com as pessoas da cidade.
- Elaboração de um projeto, em conjunto com a comunidade, que garanta que o Teatro Municipal Francisco Nunes, o Teatro Marília e o Cine Santa Tereza, o Teatro Marília, sejam espaços permanentes de apoio à produção cultural da cidade.
- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua.
- Apoio institucional e financeiro a todas as expressões artísticas e culturais autônomas e espontâneas sem tentativas de sua institucionalização.
- Redução da burocratização que estrangula uma série de projetos e eventos culturais da cidade.
- Manter e aprimorar os Centros Culturais em todas as regionais com equipamentos e aparelhos de cultura para a democratização do acesso à produção (estúdios, espaços e equipamentos técnicos de utilização pública).
- Implantar nos Centros Culturais uma política de ocupação construída com as comunidades e com verba específica.
- Criação de espaços permanentes de formação, que estimulem a criação de grupos e colaborem com a manutenção dos mesmos, que não se restrinjam à lógica da acessibilidade como objetivo único da política cultural, através da fomentação dos vários espaços culturais existentes em diversos locais da cidade, a exemplo dos grupos e seus espaços teatrais.
- Democratizar a gestão do Centro de Referência da Juventude com a participação efetiva dos coletivos jovens da cidade.

- Criação de uma Rede Municipal de Pontos de Cultura.

5.2.1 Cultura e Afrodescendentes

Na área da cultura negra, vale dizer que os centros e espaços de produção cultural nas vilas, favelas e nas periferias são diminutos e, na maior parte das vezes, os/as ativistas culturais destas áreas não contam com nenhum apoio do poder público.

Especial prioridade deve ser conferida à juventude negra, associada pelo racismo à criminalidade e isto, implicitamente, é o que justifica o seu processo de extermínio e violação dos direitos humanos. Em suma, o poder público não se mobiliza para promover a cidadania e os direitos desta parcela da população, que se destaca pela intensa produção cultural e artística através de expressões culturais juvenis, como o hip hop e várias outras mais.

As religiões de matriz africana – candomblé, umbanda - e outras manifestações como as irmandades e guardas de congadas, por exemplo, sofrem com a intolerância e a perseguição à sua livre manifestação, num evidente atentado à liberdade religiosa. É necessário, portanto:

- O apoio à organização de Encontros Municipais de Religiões de Matriz Africana, para resguardar o direito à liberdade religiosa, seus espaços sagrados, etc.
- O apoio às expressões da cultura negra, como o hip-hop, samba, capoeira, maracatu, blocos afros, companhias de dança e de teatro, festas de rua, entre outras, através do incentivo à formação de cooperativas de produtores e produtoras culturais livremente associados e autogestionados, que se estruturam em torno de um Circuito Cultural Afro-Mineiro.

6. Conclusão

Este é o Programa de Governo que a Frente de Esquerda Socialista Por Dignidade - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL), PARTIDO COMUNISTA

BRASILEIRO (PCB), organizações políticas e movimentos sociais colocam à disposição da sociedade belo-horizontina para que, um coletivo cada vez mais amplo e democrático torne este programa melhor e com amplo apoio popular para a sua vitória nas eleições de 2016!!

Belo Horizonte, 3 de agosto de 2016.